

Jornal IASP

Cartonificio Valinhos S.A.

Demonstrações Financeiras - Exercícios Fínidos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Table with columns: Balanço Patrimonial, Nota, 2024, 2023. Rows include Ativo/Circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Tributos a recuperar, Adiantamentos, Outras contas a receber, Ativo não circulante, etc.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Table with columns: Capital social legal, Reserva legal, Total. Rows include Em 01/01/2023, Dividendos, Juros sobre Capital Próprio, Reserva Legal, Em 31/12/2023.

Notas Explicativas das Demonstrações Consolidadas

1. Contexto operacional: A Companhia foi constituída em outubro de 1946, tendo como objeto social específico (AGE 19/Outubro/1977): a exploração da indústria, comércio, importação e exportação, de celulose, papel, papélio, e cartão de qualquer qualidade, de seus artefatos, artigos similares e conexos, exploração agropecuária, podendo ainda participar de outras sociedades como quotista ou acionista.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações financeiras da Companhia são elaboradas em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. Caixa e equivalentes de caixa: 2024 2023. Cheques devolvidos 35 36. Bancos 8.659 10.330. Aplicações Financeiras 57.468 54.609. Total 66.166 64.969.

4. Contas a receber de clientes: As contas a receber correspondem aos valores originados pela venda de mercadorias no mercado interno e externo no decorrer normal das atividades da Companhia.

5. Estoques: Os estoques de matéria-prima estão avaliados pelo custo médio móvel. Os estoques de produtos acabados e produtos em processo são avaliados pelo custo médio ponderado de produção sendo agregado o GGF do período.

6. Tributos a recuperar: Os créditos de tributos são compostos por impostos a recuperar na aquisição de ativos imobilizados - CIAP.

7. Adiantamentos: Este grupo de Adiantamentos é composto do saldo em aberto referente a Pagamentos antecipados a fornecedor e colaborador, conforme visualização abaixo:

8. Outras Contas a Receber: Este grupo de Outras Contas a Receber é composto do saldo em aberto referente a despesas antecipadas, variação cambial de Hedge e Emendados resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas, líquidos" na demonstração do resultado.

9. Ativo Imobilizado: Os bens do imobilizado são registrados pelo custo de aquisição, e depreciados pelo método linear, considerando a vida útil econômica, conforme método permitido como despesas pela RFB.

10. Empreéstimos e Financiamentos: Os empréstimos e financiamentos vigentes na data base de 31/12/2024 se encontram dispostos abaixo:

Table with columns: Valor, Moeda, Taxa Média, Garantias. Rows include Itau Unibanco S.A., Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Santander S.A., Banco Safra, Outros.

11. Fornecedores: As contas a pagar correspondem aos valores originados pela compra de mercadorias, matérias-primas e serviços no mercado interno e externo conforme a necessidade e demanda decorrentes para o exercício de suas atividades.

12. Tributos a pagar: Os tributos a recolher no período são demonstrados da seguinte forma:

13. Obrigações Sociais e Trabalhistas: As contas que compõe o grupo de obrigações trabalhistas do Cartonificio Valinhos S.A. são demonstrada abaixo:

14. Adiantamento de Clientes: A rubrica de Adiantamento de Clientes contém o saldo de 572 mil em 2023 no passivo circulante e é composta integralmente pela conta "Adiantamento de clientes", sendo o saldo valores depositados por clientes e compensados posteriormente conforme faturamento.

15. Outros valores a pagar e provisões: O grupo Outros valores a pagar e provisões é composto por:

16. Patrimônio Líquido: O capital social representa R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais) que se encontra totalmente suscrita e integralizado, sendo representado por 50.000 (cinquenta milhões) de ações com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, composto como segue:

Table with columns: Ações Ordinárias, Ações Preferenciais, Total. Rows include Acionistas, Pessoas Jurídicas, Pessoas Físicas, Total.

17. Recreitas: A receita é proveniente de vendas no mercado interno e externo, principalmente pela venda de mercadorias e produtos industrializados no Cartonificio Valinhos S.A.

18. Custo em vendas e despesas administrativas: O Cartonificio Valinhos S.A. apresenta a demonstração do resultado utilizando sua classificação das despesas e custos baseados em sua Função Operacional, sendo a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir.

19. Custos e Despesas Administrativas: Custos da Mercadoria Vendida (86.196) (67.207). Gastos com mão-de-obra (21.161) (18.921). Comissão de vendas (3.949) (3.736).

20. Resultado Financeiro Líquido: Resultado Financeiro Líquido (125.027) (125.027). Resultado Financeiro Líquido (125.027) (125.027).

21. Tributos sobre o Lucro: O imposto de renda e a contribuição social do Cartonificio Valinhos S.A. foram computados com base na legislação em vigor, conforme valores demonstrados abaixo:

22. Lucro por Ação: Lucro por Ação 2024 2023. Lucro atribuído aos acionistas da Sociedade 40.510 38.352. Média ponderada da quantidade de ações em circulação 50.000 50.000. Lucro básico por ação - R\$ 0,810 0,767.

Diretoria: Fernando Antônio Segismundo Cafareira Celani Diretor-Presidente. Contador: Victor Marcos Pinto Alves - CRC - 1SP-226988/0-2 Selones Contabilidade SS Ltda. - CNPJ 35.032.982/0001-88

Aos Diretores, Administradores e Conselho Fiscal do Cartonificio Valinhos S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Cartonificio Valinhos S.A. que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações contábeis das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições na Lei das Sociedades por Ações, alteradas pelas Leis 12.973/14. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade e ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, estas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados e eficazes para atingir nossos objetivos de auditoria. Não realizamos testes de controles internos da entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis. Se não houver divulgação adequada em nosso relatório de auditoria, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 25 de março de 2025. Atenciosamente, Wesley Abra de Assis Contador - CRC/SP 288527/0-6; ConsultCamp Cont. - CRC 250204818/0-5.

Edição Digital Certificada* Sexta-feira, 28 de março de 2025

CENTRO MÉDICO JABAQUARA S.A.

Relatório da Diretoria: Prezados Acionistas: Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetendo à apreciação de Vossas Senhorias o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31.12.2024. A Diretoria.

Table with columns: Balanço Patrimonial Exercícios fínidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais). Rows include Ativo, Ativo circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários, Contas a receber, Impostos a recuperar, Outros, Não circulante, Depósitos judiciais, Impostos diferidos, Imobilizado, Total do ativo.

Notas Explicativas: 1. Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras do Centro Diagnóstico NSL S.A são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são descritas abaixo:

1. Reconhecimento da receita e custos: As receitas, custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços de diagnósticos e laboratoriais, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes são reconhecidos de acordo com a prestação dos serviços de diagnósticos e laboratoriais, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes.

ESPERANÇA SERVIÇOS MÉDICOS E DE DIAGNÓSTICOS S.A.

Relatório da Diretoria: Prezados Acionistas: Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetendo à apreciação de Vossas Senhorias o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31.12.2024. A Diretoria.

Table with columns: Balanço Patrimonial Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais). Rows include Ativo, Ativo circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários, Contas a receber, Impostos a recuperar, Ativo não circulante, Depósitos judiciais, Total do ativo.

Notas Explicativas: 1. Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras da Esperança Serviços Médicos e de Diagnósticos S.A. são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são descritas abaixo:

1. Reconhecimento da receita e custos: As receitas, custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços de diagnósticos e laboratoriais, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações financeiras da Companhia são elaboradas em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. Caixa e equivalentes de caixa: 2024 2023. Cheques devolvidos 35 36. Bancos 8.659 10.330. Aplicações Financeiras 57.468 54.609. Total 66.166 64.969.

4. Contas a receber de clientes: As contas a receber correspondem aos valores originados pela venda de mercadorias no mercado interno e externo no decorrer normal das atividades da Companhia.

5. Estoques: Os estoques de matéria-prima estão avaliados pelo custo médio móvel. Os estoques de produtos acabados e produtos em processo são avaliados pelo custo médio ponderado de produção sendo agregado o GGF do período.

6. Tributos a recuperar: Os créditos de tributos são compostos por impostos a recuperar na aquisição de ativos imobilizados - CIAP.

7. Adiantamentos: Este grupo de Adiantamentos é composto do saldo em aberto referente a Pagamentos antecipados a fornecedor e colaborador, conforme visualização abaixo:

8. Outras Contas a Receber: Este grupo de Outras Contas a Receber é composto do saldo em aberto referente a despesas antecipadas, variação cambial de Hedge e Emendados resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas, líquidos" na demonstração do resultado.

9. Ativo Imobilizado: Os bens do imobilizado são registrados pelo custo de aquisição, e depreciados pelo método linear, considerando a vida útil econômica, conforme método permitido como despesas pela RFB.

Instituto de Desenvolvimento Social Itaquaré

Demonstrações Financeiras - Exercícios Fínidos em 31 de Dezembro de 2023 (Em Reais)

Table with columns: Balanço Patrimonial, 2024, 2023. Rows include Ativo, Caixa e equivalentes de caixa, Bancos, Recursos próprios, FMOCA de Nova Europa/SP - Proj. Ita Esportivo, Aplicações financeiras, Recurso próprios, Fundo Institucional, Fundos Especiais, Superávit/Deficit Acumulados, Imobilizado, Recursos próprios, Computadores e periféricos, Móveis e utensílios, Beneficiária propr. terceiro, Beneficiária propr. terceiro, Computadores e periféricos, Móveis e utensílios, FMOCA de Nova Europa/SP - Proj. Casa da Leitura, Computadores e periféricos, Móveis e utensílios, Proj. Casa da Leitura, FMOCA de Nova Europa/SP - Proj. Ita Esportivo, FMOCA de Nova Europa/SP - Proj. Casa da Leitura, Computadores e periféricos, Móveis e utensílios, FMOCA de Nova Europa/SP - Proj. Ita Esportivo, FMOCA de Nova Europa/SP - Proj. Casa da Leitura.

Saldos em 1º de janeiro de 2022: 125.027,63. Superávit do exercício: (47.486,62). Destinações: Constituição Fundos especiais: 72.127,93. Superávit (Deficit) do exercício: (5.413,08). Constituição Fundos especiais: 72.127,93. Saldos em 31 de dezembro de 2023: 72.127,93.

Fluxos de caixa das atividades operacionais: Resultado do exercício (5.413,08). Ajustes para: Depreciação 7.132,40. Fluxos de caixa das atividades operacionais: 1.719,32.

Variações nos ativos e passivos: Adiantamentos a fornecedores: 1.316,04. Fornecedores: 300,29. Salários e férias a pagar: 2.466,18. FMOCA de Nova Europa/SP - Proj. Ita Esportivo: 111.520,40. Superávit bruto: 117.520,40. Despesas administrativas e gerais: (121.799,54). Recursos próprios: (9.939,56). Central Geral do Dízimo - Pró Vida: (4.406,64). FMOCA de Nova Europa/SP - Proj. Casa da Leitura: (402,48). FMOCA de Nova Europa/SP - Proj. Ita Esportivo: (107.050,46). Outras despesas/recargas líquidas: (107.050,46). Resultado antes das receitas (despesas) financeiras: (4.279,14). Receitas e impostos: (4.279,14). Despesas financeiras: 0,31. Recursos próprios: (1.134,25). Despesas financeiras: (1.134,25). Recursos próprios: (1.134,25). Resultado antes dos impostos: (1.133,94). Superávit (Deficit) do exercício: (5.413,08). Superávit (Deficit) do exercício: (5.413,08).

Fluxos de caixa das atividades operacionais: Resultado do exercício (5.413,08). Ajustes para: Depreciação 7.132,40. Fluxos de caixa das atividades operacionais: 1.719,32.

17. Recreitas: A receita é proveniente de vendas no mercado interno e externo, principalmente pela venda de mercadorias e produtos industrializados no Cartonificio Valinhos S.A.

18. Custo em vendas e despesas administrativas: O Cartonificio Valinhos S.A. apresenta a demonstração do resultado utilizando sua Função Operacional, sendo a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir.

19. Custos e Despesas Administrativas: Custos da Mercadoria Vendida (86.196) (67.207). Gastos com mão-de-obra (21.161) (18.921). Comissão de vendas (3.949) (3.736).

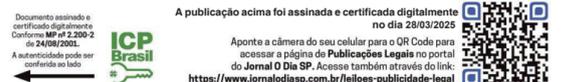
20. Resultado Financeiro Líquido: Resultado Financeiro Líquido (125.027) (125.027). Resultado Financeiro Líquido (125.027) (125.027).

21. Tributos sobre o Lucro: O imposto de renda e a contribuição social do Cartonificio Valinhos S.A. foram computados com base na legislação em vigor, conforme valores demonstrados abaixo:

22. Lucro por Ação: Lucro por Ação 2024 2023. Lucro atribuído aos acionistas da Sociedade 40.510 38.352. Média ponderada da quantidade de ações em circulação 50.000 50.000. Lucro básico por ação - R\$ 0,810 0,767.

Diretoria: Fernando Antônio Segismundo Cafareira Celani Diretor-Presidente. Contador: Victor Marcos Pinto Alves - CRC - 1SP-226988/0-2 Selones Contabilidade SS Ltda. - CNPJ 35.032.982/0001-88

Aos Diretores, Administradores e Conselho Fiscal do Cartonificio Valinhos S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Cartonificio Valinhos S.A. que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações contábeis das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições na Lei das Sociedades por Ações, alteradas pelas Leis 12.973/14. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade e ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, estas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados e eficazes para atingir nossos objetivos de auditoria. Não realizamos testes de controles internos da entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis. Se não houver divulgação adequada em nosso relatório de auditoria, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 25 de março de 2025. Atenciosamente, Wesley Abra de Assis Contador - CRC/SP 288527/0-6; ConsultCamp Cont. - CRC 250204818/0-5.



DREEN ENGENHARIA S.A.

CNPJ nº 43.822.995/0001-89
Demonstrações Financeiras

| Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais | | | | | |
|---|------|---------------|---------------|------|--|
| Ativo | Nota | Explicativa | 2024 | 2023 | |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7 | 264 | 1 | | |
| Contas a receber e outros recebíveis | 8 | 13.866 | 15.000 | | |
| Adiantamento a fornecedores | | 934 | - | | |
| Créditos Tributários | | 12 | 10 | | |
| Total do ativo circulante | | 15.076 | 15.011 | | |
| Não circulante | | | | | |
| Imobilizado | 9 | 57 | 67 | | |
| Intangível | 10 | 15.966 | 15.966 | | |
| Total do ativo não circulante | | 16.023 | 16.033 | | |
| Total do ativo | | 31.099 | 31.044 | | |

Notas explicativas da administração à demonstração contábil em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto Operacional: A Dreen Engenharia S/A é uma sociedade anônima, constituída no dia 18 de novembro de 2021, com sede localizada na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1493, Edifício Berrini 1511, 06º andar, conjuntos 61 e 62, sala 05, Cidade Monções, CEP 04571-011, São Paulo. A Companhia tem por objeto social: (a) execução de obras e serviços de engenharia civil, por conta própria ou de terceiros; (b) exploração da indústria da construção civil e construção pesada, incluindo, mas não se limitando, a obras de Barragens, portuárias, aeroportuárias, estradas e rodovias, ferrovias e edificações; (c) abastecimento de água; saneamento, drenagem e irrigação (d) aluguel de equipamentos, comércio e representação de materiais para construção; (e) sinalização de vias em geral; (f) comercialização de substâncias minerais, em todo o território nacional; (g) serviço de dragagem, transporte e navegação lacustre, fluvial e marítima; (h) variação, coleta, remoção e incineração de resíduos sólidos; (i) serviços de elaboração de projetos para obras de construção civil e construção pesada; (j) projeto, construção, execução, implantação e operação de alerter sanitários; (k) execução de obras e serviços de engenharia elétrica, por conta própria ou de terceiros; (l) construção e montagem de gasodutos e oleodutos, montagem industrial de plantas diversas, inclusive petroquímicas e refinarias de petróleo, construção e montagem de plataformas marítimas para exploração de petróleo; (m) serviços de operação, implantação, manutenção, assistência técnica e todos e quaisquer outros serviços complementares, auxiliares, conexos e/ou correlatos relacionados à distribuição de gás natural e de combustíveis em geral; (n) armazenamento de materiais de construção civil e de materiais de rede de gás de propriedade de terceiros; (o) importação e exportação de materiais para construção, máquinas e equipamentos aplicáveis a qualquer das atividades relacionadas no presente objeto, bem como de suas peças e partes; (p) importação e exportação de serviços de engenharia civil em geral, em especial a execução de projetos e a construção e implantação de todo tipo de obra, por conta própria ou de terceiros; (q) participação em outras sociedades, comerciais, civis e concessionárias de serviços públicos, como sócia, acionistas ou colista, bem como em consórcios que tenham por objeto quaisquer das atividades nos itens (a) a (p) acima, (r) serviços combinados de escritório e apoio administrativo.

2 Base de Preparação - a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 18 de fevereiro de 2025.

3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: Estas informações anuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de Estimativas e Julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indire-

tamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais Políticas Contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações anuais. **a) Imposto de renda e contribuição social - (f) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **b) Imobilizado:** Demonstrado ao custo e combinado com os seguintes aspectos: • Imobilizado: depreciação de bens do imobilizado, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. **c) Capital social - Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

| | 2024 | 2023 |
|--|------------|----------|
| 7 Caixa e Equivalentes de Caixa | | |
| Caixa | 1 | 1 |
| Bancos Conta Corrente | 263 | - |
| | 264 | - |

| | 2024 | 2023 |
|---|---------------|---------------|
| 8 Contas a Receber e Outros Recebíveis | | |
| SP Infra S.A | 13.866 | 15.000 |
| | 13.866 | 15.000 |

Refere-se a transferência de contas a receber oriundas de partes relacionadas entre Galvão Engenharia S.A em recuperação judicial e Galvão Participações S.A em recuperação judicial e SP Infra S.A.

| | 2024 | 2023 | % |
|----------------------------|--------------|----------------|--------------------|
| 9 Imobilizado | | | |
| | | | Taxas |
| | | | anuais de |
| | | | depreciação |
| | Custo | Líquido | Líquido |
| | 52 | 23 | 29 |
| Eqto Aux de Campo | 30 | 13 | 17 |
| Eqto de Oficina | 11 | 5 | 6 |
| Móveis e utensílios | 9 | 4 | 5 |
| Equipamentos de Instalação | 102 | 45 | 57 |
| | | | 67 |

O imobilizado modificou-se no exercício como segue:

| | 2023 | Adições | 2024 |
|----------------------------|------------|----------|------------|
| Descrição | | | |
| Custo | | | |
| Equipamentos aux. de campo | 52 | - | 52 |
| Equipamentos de oficina | 30 | - | 30 |
| Móveis e utensílios | 11 | - | 11 |
| Equipamentos de instalação | 9 | - | 9 |
| | 102 | - | 102 |

| | 2023 | Adições | 2024 |
|------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Depreciação acumulada | | | |
| Equipamentos aux. de campo | (19) | (4) | (23) |
| Equipamentos de oficina | (10) | (3) | (13) |
| Móveis e utensílios | (3) | (2) | (5) |
| Equipamentos de instalação | (3) | (1) | (4) |
| | (35) | (10) | (45) |
| Imobilizado líquido | 67 | (10) | 57 |

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os

| Demonstração do resultado e do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais | | | |
|---|-------|-------|--|
| | 2024 | 2023 | |
| Receita operacional líquida | 401 | 203 | |
| Custo dos serviços prestados | (314) | (321) | |
| Resultado Bruto | 87 | (117) | |
| Despesas operacionais | | | |
| Administrativas e gerais | (25) | - | |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas | 62 | (117) | |
| Receitas financeiras | 7 | - | |
| Despesas financeiras | (1) | (1) | |
| Resultado financeiro líquido | 6 | (1) | |
| Resultado do exercício | 68 | (118) | |

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE | | | |
|--|------|-------|--|
| | 2024 | 2023 | |
| Resultado do período | 68 | (118) | |
| Outros Resultados Abrangentes | - | - | |
| Resultado abrangente do período | 68 | (118) | |

| Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais | | | |
|---|----------------|--------------------|--------|
| | Capital Social | Prejuízo Acumulado | Total |
| Em 01 de janeiro de 2023 | 31.069 | (18) | 31.051 |
| Resultado do exercício | - | (118) | (118) |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 31.069 | (136) | 30.933 |
| Resultado do exercício | - | 68 | 68 |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 31.069 | (68) | 31.001 |

| Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais | | | |
|--|------|-------|--|
| | 2024 | 2023 | |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Resultado do exercício | 68 | (118) | |
| Depreciação | 10 | 11 | |
| | 78 | (107) | |

| Aumento (Diminuição) em ativos operacionais | | | |
|---|-------|------|--|
| | 2024 | 2023 | |
| Contas a receber e outros recebíveis | 1.134 | - | |
| Adiantamentos | (934) | - | |
| Créditos Tributários | (2) | (1) | |

| Aumento (Diminuição) em passivos operacionais | | | |
|---|------------|--------------|--|
| | 2024 | 2023 | |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 1 | (88) | |
| Obrigações tributárias | 46 | (22) | |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | 245 | (111) | |

| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | |
|--|-------------|-----------|--|
| | 2024 | 2023 | |
| Empréstimos | (60) | 91 | |
| Caixa líquido das atividades de financiamento | (60) | 91 | |

| Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa | | | |
|--|------------|--------------|--|
| | 2024 | 2023 | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 1 | 1.128 | |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do período | 264 | 1 | |
| Varição das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa | 263 | (127) | |

| 10 Intangível: Refere-se a intangível registrado pelo Valor de Mercado de Acervo Técnico, para fins de transferência de "Know How" conforme Laudo de Avaliação emitido por empresa especializada em 01 de setembro de 2021. | | | |
|---|---------------------|----------|----------------|
| 11 Capital Social | Participação | % | Ações |
| Integralizado | | | Capital |
| BRZ Infra S.A | 100% | 31.069 | 31.069 |
| | 100% | 31.069 | 31.069 |

12 Instrumentos Financeiros: A entidade não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro risco ativo com fins de especulação. Em 31 de dezembro de 2024 a entidade não possui qualquer operação com derivativos.

13 Provisões para Contingências: Com base na opinião dos consultores jurídicos da Sociedade não há ações em curso com status de provável ou possível perda em 31 de dezembro de 2024.

14 Outras Informações: Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação às respectivas datas de pagamento ou de entrega das declarações.

15 Eventos Subsequentes: A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão não havendo eventos que requeiram ajustes em suas demonstrações contábeis.

| Composição da Diretoria | | | |
|----------------------------|-------------------------------|--------------------------|-----------------------|
| | | | |
| Diretora Presidente | - | Elaine Cristina Ferreira | |
| Diretor Corporativo | - | Felipe Soares Verdi | |
| Diretor Operações | - | Carlos Alberto Marini | |
| Contador: | Claudio Berloff Junior | - | CRC/SP nº 1SP216997/O |

controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

| Presidente Prudente, 18 de fevereiro de 2025. | | | |
|---|-------------------------------------|------------------------|--------------------------|
| Approach Auditores Independentes S/S | Leandro Antonio Marini Pires | Sócio - Diretor | CRC 2SP023119/O-0 |
| CRC 2SP023119/O-0 | | Contador | CRC 1SP185232/O-3 |



ENEPLAN ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF nº 31.689.171/0001-01

Demonstrações Financeiras

| Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais | | | | Demonstrações Financeiras | | | |
|---|------------------|----------------|----------------|--|------------------|----------------|----------------|
| Ativo | Nota Explicativa | 2024 | 2023 | Passivo | Nota Explicativa | 2024 | 2023 |
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7 | 341 | 11 | Fornecedores e subempreiteiros | 11 | 275 | 1 |
| Contas a receber e outros recebíveis | 8 | 151.032 | 150.525 | Obrigações trabalhistas | | 74 | - |
| Adiantamentos | | 17 | 1 | Obrigações tributárias | 12 | 145 | 2 |
| Impostos e contribuições a recuperar | | 54 | 19 | Adiantamentos de clientes | | 92 | - |
| Estoques | | 28 | - | Total do passivo circulante | | 586 | 3 |
| Total do ativo circulante | | 151.472 | 150.556 | Não circulante | | | |
| Não circulante | | | | Empréstimos e financiamentos | | 61 | 61 |
| Intangível | 10 | 2.840 | 2.840 | Total do passivo não circulante | | 61 | 61 |
| Total do ativo não circulante | | 2.840 | 2.840 | Patrimônio líquido | | | |
| | | | | Capital social | 13 | 157.623 | 157.623 |
| | | | | Prejuízo acumulado | | (3.958) | (4.291) |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | 153.665 | 153.332 |
| Total do ativo | | 154.312 | 153.396 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 154.312 | 153.396 |

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto Operacional: A Eneplan Engenharia S/A é uma sociedade anônima, constituída no dia 19 de outubro de 2018, com sede localizada na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1.493, 6º andar, conjunto 61 e 62, sala 06, Cidade Monções, CEP 04.571-011, São Paulo. A Companhia tem por objeto social: (a) execução de obras e serviços de engenharia civil, por conta própria ou de terceiros; (b) exploração da indústria da construção civil e construção pesada, incluindo, mas não se limitando, a obras e manutenção de Barragens, Obras Portuárias, Aeroportuárias, Rodovias e Edificações; (c) execução de estradas vicinais; (d) abastecimento de água, saneamento, drenagem e irrigação; (e) aluguel de equipamentos, comércio, representação de materiais para construção; (f) sinalização de vias em geral; (g) comercialização de substâncias minerais, em todo o território nacional; (h) serviço de dragagem, transporte e navegação lacustre, fluvial e marítima; (i) varrição, coleta, remoção e incineração de resíduos sólidos; (j) serviços de elaboração de projetos para obras de construção civil e construção pesada, projeto, construção, execução, implantação e operação de aterros sanitários; (k) armazenamento de materiais de construção civil e de materiais de rede de gás de propriedade de terceiros; (l) importação e exportação de materiais para construção, máquinas e equipamentos aplicáveis a qualquer das atividades relacionadas no presente objeto, bem como de suas peças e partes; (m) importação e exportação de serviços de engenharia civil em geral, em especial a execução de projetos e a construção e implantação de todo tipo de obra, por conta própria ou de terceiros; (n) participação em outras sociedades, comerciais, civis e concessionárias de serviços públicos, como sócia, acionistas ou cotista, bem como em consórcios que tenham por objeto quaisquer das atividades nos itens (a) a (m) acima.

2 Base de Preparação - a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 14 de fevereiro de 2025.

3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: Estas informações trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de Estimativas e Julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e identicos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em

que ocorreram as mudanças.

5 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais Políticas Contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações trimestrais. **a) Imposto de renda e contribuição social:** (i) **Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **b) Imobilizado:** Demonstrado ao custo e combinado com os seguintes aspectos: • Imobilizado: depreciação de bens do imobilizado, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 09, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. **c) Capital social - Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

7 Caixas e Equivalentes de Caixa

| | 2024 | 2023 |
|-----------------------|------|------|
| Caixa | 11 | 11 |
| Bancos conta corrente | 330 | - |
| | 341 | 11 |

8 Contas a Receber e Outros Recebíveis

| | 2024 | 2023 |
|--------------------------------------|---------|---------|
| Contas a receber e outros recebíveis | 557 | 34 |
| SP Infra S.A. | 70.000 | 70.000 |
| BRZ Infra S.A. | 80.475 | 80.491 |
| | 151.032 | 150.525 |

9 Imobilizado

| | 2024 | 2023 | % |
|--|------|------|---|
| | | | |

10 Intangível: Refere-se a intangível registrado pelo Valor de Mercado de Acervo Técnico para fins de transferência de "Know How", conforme Laudo de Avaliação emitido por empresa especializada em 15 de outubro de 2018.

11 Fornecedores e Subempreiteiros:

| | 2024 | 2023 |
|------------------------|------|------|
| Fornecedores nacionais | 201 | - |
| Subempreiteiros | 60 | - |
| Outros | 14 | 1 |
| | 275 | 1 |

12 Obrigações Tributárias

| | 2024 | 2023 |
|---|------|------|
| Imposto de renda | 47 | - |
| Contribuição social | 25 | - |
| ISS | 18 | - |
| PIS | 8 | - |
| COFINS | 37 | 1 |
| Impostos e contribuições retidos na fonte | 10 | 1 |
| | 145 | 2 |

13 Capital Social

| | Participação | % | Ações | Capital Integralizado |
|----------------|--------------|---|---------|-----------------------|
| BRZ Infra S.A. | 100% | | 157.623 | 157.623 |
| | 100% | | 157.623 | 157.623 |

14 Receitas

| | 2024 | 2023 |
|--|-------|------|
| Receita de consórcios - obras públicas | 2.803 | 10 |
| Receitas de serviços diversos | - | 741 |
| Receita de consórcios a faturar - obras públicas | 68 | 32 |
| | 2.871 | 783 |

ISS sobre vendas (105) (38)
INSS s/ receita bruta - (33)
PIS sobre vendas (19) (13)
COFINS sobre vendas (86) (57)
Total 2.661 (136)

15 Instrumentos Financeiros: A entidade não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro risco ativo com fins de especulação. Em 31 de dezembro 2024 a entidade não possui qualquer operação com derivativos.

16 Provisões para Contingências: Com base na opinião dos consultores jurídicos da Sociedade não há ações em curso com status de provável ou possível perda em 31 de dezembro de 2024.

17 Outras Informações: Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação às respectivas datas de pagamento ou de entrega das declarações.

18 Eventos Subsequentes: A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão não havendo eventos que requeriam ajustes em suas demonstrações contábeis.

| Demonstrações dos Resultados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 | | | |
|---|------------------|---------|-------|
| Em milhares de reais | | | |
| | Nota Explicativa | 2024 | 2023 |
| Receita operacional líquida | 14 | 2.661 | 642 |
| Custo dos serviços prestados | | (2.187) | (775) |
| Resultado Bruto | | 473 | (133) |
| Despesas operacionais | | | |
| Administrativas e gerais | | (70) | - |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas | | 403 | (133) |
| Receitas financeiras | | 7 | - |
| Despesas financeiras | | (5) | (2) |
| Resultado financeiro líquido | | 2 | (2) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | | (72) | - |
| Resultado do exercício | | 333 | (136) |

| Demonstrações dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais | | |
|--|------|-------|
| | 2024 | 2023 |
| Resultado do período | 333 | (136) |
| Outros Resultados Abrangentes | - | - |
| Resultado abrangente do período | 333 | (136) |

| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais | | | |
|--|----------------|--------------------|---------|
| | Capital Social | Prejuízo Acumulado | Total |
| Em 01 de janeiro de 2023 | 157.623 | (4.158) | 153.465 |
| Resultado do exercício | 157.623 | (4.291) | 153.332 |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 157.623 | (4.291) | 153.332 |
| Resultado do exercício | - | 333 | 333 |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 157.623 | (3.958) | 153.665 |

| Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais | | |
|---|------|-------|
| | 2024 | 2023 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Resultado do período | 333 | (136) |
| Depreciação e amortização | - | 718 |
| | 333 | 582 |

Aumento (Diminuição) em ativos operacionais

| | | |
|--------------------------------------|-------|-------|
| Contas a receber e outros recebíveis | (507) | (636) |
| Adiantamentos | (16) | - |
| Estoques | (28) | 2 |
| Impostos e contribuições a recuperar | (35) | (19) |

Aumento (Diminuição) em passivos operacionais

| | | |
|--------------------------------------|-----|------|
| Fornecedores e outras contas a pagar | 274 | (40) |
| Obrigações trabalhistas | 74 | (1) |
| Obrigações tributárias | 144 | 2 |
| Adiantamentos de clientes | 92 | - |

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

| | | |
|--|-----|-------|
| | (2) | (692) |
|--|-----|-------|

Fluxo de caixa de atividades de financiamento

| | | |
|--|---|----|
| Empréstimos | - | 61 |
| Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento | - | 61 |

Aumento/Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa

| | | |
|--|-----|------|
| | 330 | (49) |
|--|-----|------|

Caixa e equivalentes de caixa no início do período

| | | |
|--|----|----|
| | 11 | 60 |
|--|----|----|

Caixa e equivalentes de caixa no fim do período

| | | |
|--|-----|----|
| | 341 | 11 |
|--|-----|----|

Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa

| | | |
|--|-----|------|
| | 330 | (49) |
|--|-----|------|

14 Receitas

| | 2024 | 2023 |
|--|-------|------|
| Receita de consórcios - obras públicas | 2.803 | 10 |
| Receitas de serviços diversos | - | 741 |
| Receita de consórcios a faturar - obras públicas | 68 | 32 |
| | 2.871 | 783 |

ISS sobre vendas (105) (38)
INSS s/ receita bruta - (33)
PIS sobre vendas (19) (13)
COFINS sobre vendas (86) (57)
Total 2.661 (136)

15 Instrumentos Financeiros: A entidade não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro risco ativo com fins de especulação. Em 31 de dezembro 2024 a entidade não possui qualquer operação com derivativos.

16 Provisões para Contingências: Com base na opinião dos consultores jurídicos da Sociedade não há ações em curso com status de provável ou possível perda em 31 de dezembro de 2024.

17 Outras Informações: Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação às respectivas datas de pagamento ou de entrega das declarações.

18 Eventos Subsequentes: A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão não havendo eventos que requeriam ajustes em suas demonstrações contábeis.

19 Composição da Diretoria

| | 2024 | 2023 |
|---|------|------|
| Imposto de renda | 47 | - |
| Contribuição social | 25 | - |
| ISS | 18 | - |
| PIS | 8 | - |
| COFINS | 37 | 1 |
| Impostos e contribuições retidos na fonte | 10 | 1 |
| | 145 | 2 |

20 Capital Social

| | Participação | % | Ações | Capital Integralizado |
|----------------|--------------|---|---------|-----------------------|
| BRZ Infra S.A. | 100% | | 157.623 | 157.623 |
| | 100% | | 157.623 | 157.623 |

21 Composição da Diretoria

| | 2024 | 2023 |
|---|------|------|
| Imposto de renda | 47 | - |
| Contribuição social | 25 | - |
| ISS | 18 | - |
| PIS | 8 | - |
| COFINS | 37 | 1 |
| Impostos e contribuições retidos na fonte | 10 | 1 |
| | 145 | 2 |

22 Contador

| | 2024 | 2023 |
|----------|------------------------|-----------------------|
| Contador | Claudio Berloff Junior | CRC/SP nº 1SP216997/O |

23 Relatário dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtenham entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Presidente Prudente, 14 de fevereiro de 2025.

Approach Auditores Independentes S/S
CRC 2SP023119/O-0

Leandro Antonio Marini Pires
Sócio - Diretor
Contador CRC 1SP185232/O-3

Aos Administradores e Acionistas da **Eneplan Engenharia S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Eneplan Engenharia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eneplan Engenharia S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por

fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de



Gaia Impacto Vivenda II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

CNPJ/ME nº 43.530.613/0001-43

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em conformidade com os preceitos legais e estatutários, vimos submeter à Vossa apreciação as demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2024. Colocamo-nos à inteira disposição em nossa sede social para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

| Balança patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$) | | | | | Demonstração dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação) | | | | | Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$) | | | | |
|--|------|---------------|---------------|--|---|---------------|---------------|---|------|---|--------------|--|--------------|--------------|
| Ativo | Nota | 2024 | 2023 | | Nota | 2024 | 2023 | | Nota | 2024 | 2023 | | 2024 | 2023 |
| Circulante | | | | Passivo e patrimônio líquido | | | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 11.061 | 10.442 | Contas a pagar | 6 | - | 1 | Recursos captados | 9 | (192) | (186) | Fluxo de caixa das atividades operacionais | - | - |
| Impostos a recuperar | | 429 | 241 | Contas a receber | | - | - | Despesas de captação | | (192) | (186) | Carteira de crédito | (109) | (91) |
| Carteira de créditos | 5 | 152 | 104 | Exigível a longo prazo | | - | - | Resultado bruto | | (192) | (186) | Impostos a recuperar | (188) | (241) |
| Total do ativo circulante | | 11.642 | 10.787 | Depósitos bancários | 7 | 11.954 | 11.037 | Resultado financeiro antes do resultado financeiro | | (192) | (186) | Outras receitas | (1) | (39) |
| Não circulante | | | | Patrimônio líquido | 8 | | | Resultado financeiro, líquido | 10 | | | Obrigações fiscais | (1) | (17) |
| Carteira de créditos | 5 | 61 | - | Capital subscrito | | 1 | 1 | Despesas financeiras | | (922) | (1.023) | Total caixa líquido consumido nas atividades operacionais | (298) | (387) |
| Total do ativo não circulante | | 61 | - | (-) Capital a integralizar | | (1) | (1) | Resultado financeiro, líquido | | 192 | 186 | Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais | (298) | (387) |
| | | | | Prejuízos acumulados | | (251) | (251) | Imposto de renda e contribuição social | | - | - | Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Total do ativo | | 11.703 | 10.787 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 11.703 | 10.787 | Prejuízo do exercício | | - | - | Captação de debêntures | - | - |
| | | | | | | | | Média ponderada das ações no fim do exercício | | 1 | 1 | Juros de debêntures | 917 | 1.021 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional. A Gaia Impacto Vivenda II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. é uma sociedade anônima, com sede na Rua Sader Macul, nº 96 - Itaim Bibi - São Paulo - SP, foi constituída em 26 de julho de 2021 e obteve seu registro na JUCESP em 15 de setembro de 2021. Tem por objetivo: (i) a aquisição e securitização de créditos exclusivamente oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de créditos, financiamentos e investimentos, associações de poupança e empréstimos, caixas econômicas e companhias hipotecárias; (ii) a emissão e colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com as atividades, respeitando os limites da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. A Companhia foi fundada para realizar a emissão de debêntures simples não conversíveis em ações denominadas "debêntures financeiras", cujo objetivo de captação é financiar reformas de baixa complexidade, cujo projeto é operacionalizado pelo "Programa Vivenda". Em 21 de junho de 2022 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a emissão até R\$ 10.000 (dez milhões de reais) em debêntures simples não conversíveis em ações e com valor unitário de R\$ 100 (cem mil reais) cada, sendo 70 (setenta) debêntures da classe sénior totalizando um valor de R\$ 7.000 (sete milhões de reais) e 30 (trinta) debêntures da classe subordinada totalizando um valor de R\$ 3.000 (três milhões de reais). Em 31 de dezembro de 2022 foram emitidas e integralizadas a totalidade das debêntures da classe sénior e subordinadas. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve novas emissões.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: (a) Declaração de confiabilidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia para sua emissão no dia 28 de fevereiro de 2025.

3. Resumo das principais práticas contábeis. As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, aplicadas de modo consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **(a) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) os instrumentos financeiros mensurados custo amortizado, (ii) instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR), e (iii) instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OIRA). **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. **(c) Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, fundos de investimentos e aplicações financeiras pós-ficadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos exercícios. **(d) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas históricas, que se baseiam na experiência histórica e expectativa de eventos futuros. A Companhia revisa suas estimativas e permissões mensais em exercício não superior a um ano. **(e) Ativos financeiros não derivativos:** Os ativos financeiros são classificados entre: (i) **Custo amortizado:** São os ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e em termos contratuais deram origem a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor original em aberto líquido de "Imparimentação (P&I)". O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A Receita de Juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. **(ii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso se satisfaça ao critério de "somente P&I", ou seja, fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingir o tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. **(iii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando o reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descaimento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receitas de dividendos, é reconhecido no resultado. **(iv) Passivos financeiros não derivativos:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma única liquidação ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem as contas representativas de fornecedores, outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos. **(v) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** Ativos financeiros: São avaliados a cada data de apresentação, para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução do valor recuperável é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma perda de provisões contra recebíveis. Os juros sobre o valor presente líquido são reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **(vi) Ativos não financeiros:** O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. **(vii) Outros ativos e passivos circulantes:** Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito de inflação. **(viii) Contas a receber:** Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **(ix) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras

estabelecidas no CPC 25. (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a Companhia questiona a inconstitucionalidade de impostos ou tributos. **(j) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **(k) Resultado por ação:** Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado por ação é obtido dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

(l) Apuração do resultado: A receita pela prestação de serviços de emissão e administração dos certificados de recebíveis agrícolas (CRA) é reconhecida por competência e com base na execução dos serviços realizados pela Companhia até a data-base do balanço. **(m) Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (OVA) de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são requeridas pela legislação societária para companhias abertas, enquanto para o IFRS representam informação financeira suplementar.

4. Caixa e Equivalentes de caixa

Depósitos bancários 6 4 2023
Certificados de Depósitos Bancários - CDB 11.055 10.438 2024

Total 11.061 10.442 2024

As aplicações financeiras da Companhia são compostas por certificados de depósitos bancários (pós-fixados) cujo valor de custo atualizado desses títulos é o seu valor justo. A taxa de juros média contratada dos certificados de depósitos bancários é de 96% da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimentos para novembro de 2029.

4.1. Hierarquia de níveis - Ativos e Passivos financeiros reconhecidos a valor justo: A mensuração da estimativa do valor justo por nível baseia-se na seguinte hierarquia: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. Nível 2 - Classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto. Nível 3 - Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (não são observáveis). A tabela a seguir apresenta hierarquia do valor justo dos "Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado" mantidos pela Companhia:

| | 2024 | 2023 | | | | |
|----------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Tipo de Instrumento | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |

Certificados de Depósitos Bancários - Valor justo - 11.055 - - 10.438 -

4.2. Movimentação das aplicações financeiras

| | 2024 | 2023 |
|---------------------|---------------|---------------|
| Saldo inicial | 10.438 | 9.806 |
| Aplicação/(resgate) | 355 | (565) |
| Receita financeira | 262 | 1.197 |
| Saldo final | 11.055 | 10.438 |

5. Direitos creditórios sem aquisição substancial de riscos ou benefícios: (a) Descrição das características dos direitos creditórios: São representados por direitos creditórios provenientes dos Contratos de financiamento celebrados entre os clientes e companhias hipotecárias, com intuito de viabilizar o pagamento dos contratos de prestação de serviços, celebrados entre os parceiros executores e os clientes, com a intervenção da Vivenda conforme definidos na Escritura de Emissão da operação.

| | 2024 | 2023 |
|--------------------------------------|-------------|-------------|
| Cedente | 2024 | 2023 |
| Companhia Hipotecária Piratini - CHP | 213 | 104 |
| Total | 213 | 104 |

(b) Composição da carteira de crédito: A carteira adquirida pela operação aberta por faixa de recebimento e classificados como direitos creditórios a vencer e direitos creditórios vencidos em 31 de dezembro de 2024 está representada abaixo:

| | 2024 | 2023 |
|--------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Direitos creditórios a vencer | Saldo devedor | Saldo devedor |
| 0 a 30 dias | 12 | 8 |
| 31 a 60 dias | 11 | 8 |
| 61 a 90 dias | 12 | 8 |
| 91 a 120 dias | 11 | 7 |
| 121 a 150 dias | 10 | 6 |
| 151 a 180 dias | 10 | 6 |
| > 180 dias | 88 | 45 |
| Total a vencer | 154 | 88 |
| Direitos creditórios vencidos | Saldo devedor | Saldo devedor |
| 0 a 30 dias | 7 | 5 |
| 31 a 60 dias | 5 | 3 |
| 61 a 90 dias | 5 | 2 |
| 91 a 120 dias | 5 | 1 |
| 121 a 150 dias | 4 | 1 |
| 151 a 180 dias | 4 | 1 |
| > 180 dias | 29 | 3 |
| Total vencidos | 59 | 16 |
| Total | 213 | 104 |

Parcela no ativo circulante 104 104

Parcela no ativo não circulante 61 -

(c) Movimentação

| | 2024 | 2023 |
|--------------------------|------------|------------|
| Saldo inicial | 104 | 12 |
| Aquisições de carteiras | 157 | 105 |
| Recebimento de carteiras | (89) | (25) |
| Reversão de carteiras | 41 | 42 |
| Total | 213 | 104 |

6. Contas a pagar

| | 2024 | 2023 |
|----------------|------------|------------|
| Contas a pagar | 213 | 104 |
| Total | 213 | 104 |

João Paulo dos Santos Pacifico - Presidente e Diretor Financeiro

João Paulo dos Santos Pacifico, nacionalidade brasileira, CPF: 267.616.938-61, RG: 25694186-SP, com endereço comercial na Rua Sader Macul, nº 96, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04542-090, na situação de Diretor Administrativo, Emerson Romualdo Fernandes, nacionalidade brasileira, CPF: 391.426.219-44, RG: 44126336-5P, com endereço comercial na Rua Sader Macul, nº 96, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04542-090, na situação de Diretor Administrativo, Priscila Navarro Britto de Abreu, nacionalidade brasileira, CPF: 021.963.095-93, RG: 89654984-5, BA, com endereço comercial na Rua Sader Macul, nº 96, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04542-090, na situação de diretor sem designação da Gaia Impacto Vivenda II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., sociedade por

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Debêntures: A Companhia possui Debêntures, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2024 representava R\$ 11.954 mil. Conforme Notas Explicativas nº 1 e 7, em 21 de junho de 2022, a Companhia emitiu duas séries de Debêntures no valor total de R\$ 10.000 mil, com vencimento em 15 de junho de 2023 e o que foram totalmente integralizadas em 19 de outubro de 2022. Os recursos captados por meio da emissão serão utilizados pela Companhia para adquirir direitos creditórios provenientes dos contratos celebrados entre os clientes e empresas parceiras da Vivenda. A remuneração das debêntures ocorre sobre o valor nominal ou o saldo nominal das debêntures incidirá juros remuneratórios correspondentes à taxa pré-fixada de 1% ao ano, para a 1ª e 2ª série. Com garantias de escrituras garantidas e garantia real. E em prêmio a partir do final do 9º ano, inclusive, de vigência da operação. Caso o saldo do valor nominal unitário das debêntures alcance o valor mínimo de R\$ 1 mil reais, a companhia pagará o debênturista, uma única vez, além da amortização de principal incidente sobre o valor nominal unitário e da remuneração, um prêmio a ser calculado nos termos da escritura. Devido à relevância das operações, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros testes, a avaliação e a efetividade operacional dos controles internos sobre as debêntures. Examinamos toda a documentação da emissão das debêntures disponibilizada pela Companhia, que confirma o saldo contábil. Adicionalmente, realizamos confronto dos valores das bases analíticas com os correspondentes saldos dos registros contábeis das debêntures, procedemos com análise das condições das escrituras das debêntures emitidas; fizemos avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações contábeis. Baseados nos procedimentos de auditoria efetivados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas e suficientes para suportar a titularidade da Companhia sobre os direitos das debêntures, assim como a correta mensuração e contabilização dos respectivos ativos e passivos.

Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado: A Demonstração do Valor Adicionado (OVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a execução de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração foi conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do Valor Adicionado foi elaborada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são requeridas pela legislação societária para companhias abertas, enquanto para o IFRS representam informação financeira suplementar.

Lucro (Prejuízo) do exercício -

Outros resultados abrangentes -

Resultado abrangente do exercício -

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Debêntures: Em 21 de junho de 2022, a Companhia emitiu 2 (duas) séries de Debêntures no valor total de R\$ 10.000 (dez milhões de reais), com vencimento em 15 de junho de 2023 e que foram totalmente integralizadas em 19 de outubro de 2022. Em 31 de dezembro de 2024, estão representadas da seguinte forma:

| | 2024 | 2023 |
|---------------------------|---------------|---------------|
| 1ª Emissão série única | 7.000 | 7.000 |
| 2ª Emissão série única | 3.000 | 3.000 |
| Amortizações | - | - |
| Juros sobre as debêntures | 217 | 111 |
| Prêmio investidor | 1.737 | 926 |
| Total | 11.954 | 11.037 |

Parcela no passivo circulante -

Parcela no passivo não circulante 11.954 11.037

Tipo: simples, não conversíveis em ações e nem permutáveis.

Espécie: com garantia real.

| | 1ª Emissão | 2ª Emissão |
|----------------|------------|------------|
| Série única | 7.000 | 3.000 |
| Valor unitário | 1 | 1 |

Destinação dos recursos: Os recursos captados por meio da emissão serão utilizados pela Companhia para adquirir os direitos creditórios provenientes dos contratos celebrados entre os clientes e empresas parceiras da Vivenda. **Remuneração das debêntures:** sobre o valor nominal ou o saldo nominal das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa pré-fixada de 1% (um por cento) ao ano, para a 1ª e 2ª série. **Garantias:** obrigações garantidas e garantia real. **Prêmio:** a partir do final do 9º ano, inclusive, de vigência da escritura, caso o saldo do valor nominal unitário das debêntures alcance o valor mínimo de R\$ 1 (mil reais), a companhia pagará a debênturista, uma única vez, além da amortização de principal incidente sobre o valor nominal unitário e da remuneração, um prêmio a ser calculado nos termos da escritura.

8. Patrimônio líquido: Capital social: Em 30 de setembro de 2022, o capital social, totalmente subscrito é de R\$ 1, dividido em 1.000 ações ordinárias nominativas. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social era dividido da seguinte forma:

| | 2024 | 2023 |
|--|----------|----------|
| Quantidade de ações | 1 | 1 |
| Acionistas | % | % |
| Gaia Impacto Assessoria Financeira Ltda. | 99,99% | 999 |
| Outros (a) | 0,01% | 1 |
| Capital subscrito | 100% | 1.000 |
| Capital a integralizar | 100% | 1.000 |
| Capital subscrito e integralizado | - | - |

(a) referem-se à participação do sócio João Paulo dos Santos Pacifico.

Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante a apropriação de, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reservas estatutárias:** O lucro líquido após as destinações de dividendos mínimos deverá ser destinado a reserva estatutária para a futura distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia. **Dividendos:** Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social da Companhia, um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

9. Despesas gerais e administrativas: A composição das despesas gerais e administrativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 encontra-se demonstrada a seguir:

| | 2024 | 2023 |
|--|--------------|--------------|
| Despesa com administração | (82) | (85) |
| Despesa com agente fiduciário | (47) | (35) |
| Despesa com agente liquidante | (20) | (20) |
| Despesa com auditoria | (17) | (20) |
| Despesas com anúncios e publicações | (11) | (12) |
| Outras despesas relacionadas à emissão | (15) | (14) |
| Total | (192) | (186) |

10. Resultado financeiro: A composição das receitas financeiras, auferidas exclusivamente pelas aplicações em certificados de depósitos bancários, e das despesas financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 encontram-se demonstradas a seguir:

| | 2024 | 2023 |
|--------------------------------|--------------|--------------|
| Rendimento aplicações | 41 | 12 |
| Receita de operação de crédito | (87) | (12) |
| Prêmios investidor | (922) | (926) |
| Juros sobre debêntures | (106) | (95) |
| Despesas bancárias | (4) | (2) |
| Total | (192) | (186) |

11. Ações judiciais: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a companhia não é parte cartada em ações judiciais.

12. Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros:

GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A. ("Companhia"). Fundada em janeiro de 2012, a GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A. ("Companhia") está situada na mesma sede do Grupo Gaia, na cidade de São Paulo. Sua missão é estruturar e emitir Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"). Para tornar-se líder na emissão de CRA no Brasil a Companhia oferece a seus clientes vantagens competitivas frente às linhas de financiamento atualmente disponíveis do mercado do agronegócio, dentre elas a captação de recursos de longo prazo, desintermediação bancária, operações bem

estruturadas e com abundância de garantias, e taxas atraentes. A securitização de recebíveis tem se tornado uma estratégia cada vez mais comum de captação de recursos para as empresas, permitindo a diversificação de fonte de captação. Dessa forma, a securitização passou não só a financiar o capital de giro das companhias, como também a auxiliar a recuperação de carteira de créditos duvidosos, de maneira competitiva e segura tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras como também oferecer alternativas de financiamento ao agronegócio. Até o período de 31 de dezembro

| Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$) | | | |
|--|------|------------|------------|
| ATIVO | Nota | 2024 | 2023 |
| Circulante | | | |
| Aplicações financeiras | 4 | 286 | 198 |
| Contas a receber | 5 | 1 | 8 |
| Impostos a recuperar | 6 | 33 | 38 |
| | | <u>320</u> | <u>244</u> |
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| Circulante | | | |
| Impostos a recolher | | 7 | 1 |
| Contas a pagar | | 1 | - |
| Partes relacionadas | | 14 | - |
| | | <u>22</u> | <u>4</u> |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital Social | | 1.500 | 1.500 |
| Ações em tesouraria | | (4) | (4) |
| Prejuízos acumulados | | (1.178) | (1.258) |
| | | <u>318</u> | <u>240</u> |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | <u>320</u> | <u>244</u> |

Total do ativo

320 244

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A. ("Companhia") anteriormente denominada Gaia Florestal S.A. é uma sociedade anônima, com sede na Rua Sader Macul, nº 96 - Itaim Bibi - São Paulo - SP, foi constituída em 02 de janeiro de 2012 e obteve seu registro na JUCESP em 09 de janeiro de 2012. Tem por objetivo: (i) a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios do agronegócio e créditos imobiliários passíveis de securitização; (ii) a emissão e colocação, junto ao mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA); (iii) a administração de Recebíveis Imobiliários (RI) ou de qualquer outro tipo de crédito ou valor imobiliário ou do agronegócio compatível com suas atividades; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio ou de créditos imobiliários e emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ou Certificados de Recebíveis Imobiliários, incluindo, mas não se limitando, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios do agronegócio e de créditos imobiliários, bem como a realização de operações em mercados derivativos; (iv) a consultoria de investimentos em fundos de investimentos de curto imobiliário ou relacionados ao agronegócio; e (v) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos do agronegócio. Como estratégia de mercado a Companhia tem se reestruturado desde o último exercício para atuar em sua totalidade da carteira em operações no segmento de securitização com foco em operações de impacto socioambiental. Considerando esta alteração de direcionamento se fazem passíveis impactos financeiros na Companhia conforme pode-se observar nos números comparativos apresentados, sendo esses efeitos de conhecimento dos acionistas que tem como estratégia a aplicação de práticas contábeis adotadas na Brasil, com base nos padrões contábeis adotados no Brasil, com o objetivo de assegurar a continuidade operacional, assim como para fomentar o crescimento da operação. Até 31 de dezembro de 2024 foram emitidos R\$ 25.500 (vinte e cinco milhões e quinhentos mil reais) em certificados de recebíveis do agronegócio.

| Data | Emissão / Série | Tipo Lastro | Montante total |
|---------|-----------------|-------------|----------------|
| 08/2024 | 387/1, 2, 3* | Fulvivo | 10.540 |
| 07/2024 | 387/10 | Corporativo | 10.000 |
| 11/2024 | 40/1* | Corporativo | 2.500 |
| 12/2024 | 41/1* | Corporativo | 2.500 |
| | | | <u>25.500</u> |

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: (a) **Declaração de conformidade com relações às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos padrões contábeis adotados no Brasil, com o objetivo de assegurar a continuidade operacional, assim como para fomentar o crescimento da operação. Até 31 de dezembro de 2024 foram emitidos R\$ 25.500 (vinte e cinco milhões e quinhentos mil reais) em certificados de recebíveis do agronegócio.

(b) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em reais, com o objetivo de assegurar a continuidade operacional, assim como para fomentar o crescimento da operação. Até 31 de dezembro de 2024 foram emitidos R\$ 25.500 (vinte e cinco milhões e quinhentos mil reais) em certificados de recebíveis do agronegócio.

(c) **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em reais, com o objetivo de assegurar a continuidade operacional, assim como para fomentar o crescimento da operação. Até 31 de dezembro de 2024 foram emitidos R\$ 25.500 (vinte e cinco milhões e quinhentos mil reais) em certificados de recebíveis do agronegócio.

(d) **Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer a utilização de estimativas e julgamentos na determinação do valor de ativos e passivos reconhecidos no balanço patrimonial e no balanço de demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em reais, com o objetivo de assegurar a continuidade operacional, assim como para fomentar o crescimento da operação. Até 31 de dezembro de 2024 foram emitidos R\$ 25.500 (vinte e cinco milhões e quinhentos mil reais) em certificados de recebíveis do agronegócio.

(e) **Ativos financeiros não derivativos:** Os ativos financeiros são classificados entre: (i) **Custos adiantados:** São os ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e em termos contratuais terem origem a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério de "somente P&J"). O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A Receita de Juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. (ii) **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisficaz ao critério de "somente P&J", ou seja, fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. (iii) **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando o reconhecimento inicial foi designado para eliminar ou reduzir decréscimo contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo o lucro ou prejuízo de dividendos e a reconhecido no resultado. (iv) **Passivos financeiros não derivativos:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retraiadas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem as contas representativas de fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos. (g) **Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** Ativos financeiros: Os ativos avaliados a cada data de apresentação, para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução do valor recuperável é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **Ativos não financeiros:** O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisado a cada data de apresentação

Presidente e Diretor Financeiro - João Paulo dos Santos Pacifico

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Relatório dos Auditores Independentes

João Paulo dos Santos Pacifico, nacionalidade brasileira, CPF: 267.616.938-61, RG: 25684186 - SP, com endereço comercial na Rua Sader Macul, 96, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04542-090, na situação de Diretor Presidente, Emerson Romualdo Fernandes, nacionalidade brasileira, CPF: 391.426.218-44, RG: 441260366 - SP, com endereço comercial na Rua Sader Macul, 96, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04542-090, na situação de Diretor e Priscila Navarro Britto de Abreu, nacionalidade brasileira, CPF: 021.663.095-93, RG: 896546845 - BA, com endereço comercial na Rua Sader Macul, 96, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04542-090, na situação de diretor sem designação; Gaia Impacto Securitizadora S.A., sociedade por ações com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Sader Macul, 96, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04542-090, na situação de Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

dos direitos de créditos aos correspondentes certificados de recebíveis. Adicionalmente, conduz o gerenciamento do recebimento desses ativos, bem como o pagamento dos certificados dos recebíveis do agronegócio em conexão às suas obrigações. Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria, pois trata-se da principal atividade da Companhia e os valores de direitos de créditos de atividades de securitização e respectivas comissões representam um risco relevante no conjunto das demonstrações contábeis da Companhia. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria foram, entre outros: (i) entendimento junto à administração dos controles internos relevantes ao registro dos direitos de créditos de atividades de securitização e a avaliação do desenho das atividades de crédito; (ii) confirmação, em bases de amostras, dos direitos de créditos financeiros, inspecionando as evidências de sua ocorrência, integridade, existência e adequada contabilização e recálculo das comissões. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotadas pela Administração para o reconhecimento e mensuração dos direitos creditórios de atividades de securitização, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis. **Outros assuntos: Demonstração de Valor Adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (RI) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentemente distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Admi-

nistração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinar para assegurar a integridade das demonstrações contábeis, inclusive se houverem distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem influência, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações

de 2024 foram emitidos R\$ 25.500 (vinte e cinco milhões e quinhentos mil reais) em certificados de recebíveis do agronegócio. O nosso objetivo não é ser a maior securitizadora em volume, mas ser a companhia com melhor capacidade de estruturação e gestão, viabilizando através de nossas operações impacto social e ambiental, assim obtendo reconhecimento de clientes e investidores como a melhor opção dentre as securitizadoras com este objetivo. Seguimos nossos ideais, acreditamos que um bom ambiente de trabalho proporciona melhores resultados, porém o sucesso estará sempre baseado na força de vontade, na dedicação e na garra para atingir nossos objetivos, de forma que a vitória sempre será coletiva! A administração da Companhia informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Russell Bedford GM Auditores Independentes S/A, ou quaisquer Partes Relacionadas a ela, não prestou à Companhia e/ou às demais empresas pertencentes a seu grupo econômico qualquer serviço que não o de auditoria externa de revisão das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

| | Nota | 2024 | 2023 |
|---|------|----------------|----------------|
| Receita líquida de prestação de serviços | | <u>96</u> | <u>120</u> |
| Recursos (Despesas) operacionais | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 10 | (130) | (163) |
| Outras receitas operacionais | | 35 | 81 |
| | | <u>(95)</u> | <u>(82)</u> |
| Resultado bruto | | <u>73</u> | <u>38</u> |
| Resultado operacional antes do resultado financeiro | | | |
| Resultado financeiro | | | |
| Receitas financeiras | 11 | 24 | 23 |
| Despesas financeiras | 11 | (1) | (1) |
| | | <u>23</u> | <u>22</u> |
| Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | | | |
| Imposto de renda e contribuição social | 12 | (18) | (11) |
| | | <u>78</u> | <u>49</u> |
| Média ponderada das ações no fim do exercício | | | |
| Lucro (Prejuízo) por ação | | <u>1.500</u> | <u>1.500</u> |
| Lucro (Prejuízo) por ação do capital social no fim do exercício - RS | | <u>0,05232</u> | <u>0,02363</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | Nota | 2024 | 2023 |
|--|------|-----------|-----------|
| Lucro (Prejuízo) do exercício | | <u>78</u> | <u>49</u> |
| Outros resultados abrangentes | | - | - |
| Resultado abrangente do exercício | | <u>78</u> | <u>49</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

apurado em cada exercício social, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

9. Receita líquida de prestação de serviços: A composição das receitas auferidas pela estruturação de operações de securitização da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 encontra-se demonstrada a seguir:

| | 2024 | 2023 |
|---------------------------------------|------------|------------|
| Receita Bruta de prestação de serviço | 188 | 137 |
| Rebates Indiretos (PIS, COFINS e ISS) | (20) | (17) |
| | <u>168</u> | <u>120</u> |

10. Despesas gerais e administrativas: A composição das despesas gerais e administrativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 encontra-se demonstrada a seguir:

| | 2024 | 2023 |
|-------------------------------------|--------------|--------------|
| Despesas com pessoal | (21) | (19) |
| Despesas sociais de terceiros | (6) | (8) |
| Despesas com anúncios e publicações | (11) | (11) |
| Despesas com associações | (9) | (34) |
| Despesas com ocupação | (-) | (-) |
| Despesas com taxas | (16) | (16) |
| Despesas tributárias | (15) | (14) |
| Despesas com utilidades e serviços | (2) | (2) |
| | <u>(139)</u> | <u>(153)</u> |

11. Resultado financeiro: A composição das receitas financeiras, auferidas exclusivamente pelas aplicações em certificados de depósitos bancários, e das despesas financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 encontram-se demonstradas a seguir:

| | 2024 | 2023 |
|-----------------------|-----------|-----------|
| Rendimento aplicações | 24 | 23 |
| Despesas bancárias | (1) | (1) |
| | <u>23</u> | <u>22</u> |

12. Imposto de renda: O cálculo da apuração do imposto de renda e a contribuição social para os exercícios findos 31 de dezembro de 2024 e de 2023, encontram-se demonstrado a seguir:

| | 2024 | 2023 |
|--|-------------|-------------|
| (Prejuízo)/Lucro antes do IRPJ e CSLL | 96 | 59 |
| Compensação de prejuízo | (32) | (20) |
| Adições/exclusões permanentes | 10 | 8 |
| Reajuste de valores | (6) | (6) |
| (x) Aplicação de alíquota do IRPJ 15% | <u>(11)</u> | <u>(7)</u> |
| (x) Aplicação de alíquota do IRPJ 10% | - | - |
| (x) Aplicação de alíquota da CSLL 9% | <u>(7)</u> | <u>(4)</u> |
| (=) Provisão para IRPJ e CSLL | <u>(18)</u> | <u>(11)</u> |

13. Ações judiciais: Há processos em nome da Companhia, porém não caracterizam risco ao patrimônio próprio.

14. Partes relacionadas: (a) Participação acionária: A Companhia é controlada direta da Gaia Impacto Assessoria Financeira Ltda, que, em 31 de dezembro de 2024, está possui participação de 99,99% do seu capital. (b) **Transações com partes relacionadas:** A Companhia informa que há o compartilhamento de contratos de prestação de serviços relativos à estruturação e emissão dos certificados de recebíveis imobiliários que são firmados e representados, conjuntamente, pela Companhia e sua controladora Gaia Impacto Assessoria Financeira Ltda., cujas receitas de prestação de serviços e os seus respectivos custos são reconhecidos na Companhia ou em sua controladora. Abaixo os saldos gerados entre as transações de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

| | 2024 | 2023 | |
|----------------------|-----------|---------|------------|
| Ativo | (passivo) | Receita | (despesa) |
| Ativo | (passivo) | Receita | (despesa) |
| Ativo | (passivo) | Receita | (despesa) |
| | | | |
| Ratêio de custos (a) | - | - | - |
| Contas a pagar (b) | - | - | (3) |
| | | | <u>(3)</u> |

15. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Assembleia Geral Ordinária - AGO da Companhia fixou desde a sua constituição, inclusive em relação ao último exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e ao presente exercício social de 2023 a remuneração mensal de um salário-mínimo, acrescido do custo de INSS, na alíquota de 11%, ao Diretor Estatuário. O Pessoal-Chave da Administração renunciou a qualquer tipo de remuneração que poderiam fazer jus em razão dos cargos ocupados conforme ata de reunião do conselho de administração realizada em 23 de abril de 2020.

16. Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros: As aplicações financeiras da Gaia Impacto Securitizadora S.A. são realizadas através das aquisições de Certificados de Depósitos Bancários (CDB). **Instrumentos financeiros derivativos:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não executou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **Política de gestão de riscos:** A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados. O caixa da Companhia é investido em títulos de renda fixa, que investimentos estão sujeitos a risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuiu R\$ 286 aplicados em certificado de depósitos bancários de instituições financeiras brasileiras. **Risco de mercado acionário:** Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a

baseado na força de vontade, na dedicação e na garra para atingir nossos objetivos, de forma que a vitória sempre será coletiva! A administração da Companhia informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Russell Bedford GM Auditores Independentes S/A, ou quaisquer Partes Relacionadas a ela, não prestou à Companhia e/ou às demais empresas pertencentes a seu grupo econômico qualquer serviço que não o de auditoria externa de revisão das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | 2024 | 2023 |
|--|------------|------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | <u>78</u> | <u>49</u> |
| Variáveis nos ativos e passivos: | | |
| Contas a receber | 7 | 41 |
| Impostos a recuperar | 5 | (4) |
| Contas a pagar | 1 | (2) |
| Partes relacionadas | (3) | 3 |
| | <u>10</u> | <u>38</u> |
| Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais | <u>88</u> | <u>87</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Integralização de capital | - | - |
| Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa | <u>88</u> | <u>87</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 198 | 111 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | <u>286</u> | <u>198</u> |
| Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa | <u>88</u> | <u>87</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mudanças do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | Capital social | Capital a integrar | Prejuízos acumulados | Total |
|---|----------------|--------------------|----------------------|------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2023 | <u>1.500</u> | (4) | (1.305) | <u>191</u> |
| Integralização de capital | - | - | - | - |
| Lucro do exercício | - | - | 49 | 49 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | <u>1.500</u> | (4) | (1.256) | <u>240</u> |
| Aumento de capital | - | - | - | - |
| Lucro do exercício | - | - | 78 | 78 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | <u>1.500</u> | (4) | (1.178) | <u>318</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | 2024 | 2023 |
|--|-------------|--------------|
| Receitas | <u>188</u> | <u>137</u> |
| Receita bruta de prestação de serviço | 282 | 137 |
| Outras receitas | 35 | 81 |
| Insumos adquiridos de terceiros | <u>(94)</u> | <u>(130)</u> |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (94) | (130) |
| Valor adicionado bruto | <u>129</u> | <u>88</u> |
| Valor adicionado líquido produzido pela companhia | <u>129</u> | <u>88</u> |
| Valor adicionado recebido em transferência | | |
| Receitas financeiras | 24 | 23 |
| Valor adicionado total a distribuir | <u>153</u> | <u>111</u> |
| Distribuição do valor adicionado | <u>153</u> | <u>111</u> |
| Pessoal | <u>21</u> | <u>19</u> |
| Remuneração direta | 21 | 19 |
| Impostos, taxas e contribuições | <u>53</u> | <u>42</u> |
| Federais | 45 | 35 |
| Municipais | 9 | 7 |
| Remuneração de capital de terceiros | <u>1</u> | <u>1</u> |
| Juros | 1 | 1 |
| Remuneração de capitais próprios | <u>78</u> | <u>49</u> |
| Lucro (Prejuízo) do exercício | 78 | 49 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros aspectos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias e eles relacionadas. Adicionalmente, quanto aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coberação dos devedores, assegurando a integridade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco. **Risco de liquidez:** Considerado pela capacidade de a Companhia gerar os recursos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, em montante não inferior a 2% do saldo dos títulos emitidos. O caixa da Companhia é investido em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, com liquidez

| OZ Corretora de Câmbio S.A. | | | | | | | | | | | |
|--|-------------------|--------------------|------------------------|--|---------------------------|------------|------------|--|-----------|----------|----------|
| DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma) | | | | | | | | | | | |
| BALANÇO PATRIMONIAL | | | | | DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO | | | | | | |
| Ativo | NE | 31/12/2024 | 31/12/2023 | Passivo | NE | 31/12/2024 | 31/12/2023 | NE | 2º-SEM-24 | 2024 | 2023 |
| Circulante | | 7.773 | 17.393 | Circulante | | 4.718 | 14.998 | Receitas de intermediação financeira | 7.385 | 14.605 | 10.776 |
| Disponibilidades | 3,1 | 5.395 | 15.442 | Instrumentos financeiros | | 3.884 | 2.504 | Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | | 42 | 46 |
| Instrumentos financeiros | | 176 | 163 | Relações interdependências | 4 | 3.882 | 2.482 | Resultado de operações de câmbio | 7.343 | 14.559 | 10.776 |
| Rendas a receber | 4 | 176 | 163 | Obrigações por empréstimos e repasses | | 2 | - | Resultado bruto da intermediação financeira | 7.385 | 14.605 | 10.776 |
| Outros ativos | | 2.202 | 1.788 | Carteira de câmbio | | - | 22 | Outras receitas/despesas operacionais | (7.157) | (14.560) | (10.356) |
| Outros créditos - diversos | 4 | 2.130 | 1.716 | Outros passivos | | 834 | 12.494 | Receitas de prestação de serviços | 1.822 | 3.710 | 2.883 |
| Despesas antecipadas | | 72 | 72 | Fiscais e previdenciárias | 4 | 327 | 337 | Despesas de pessoal | (1.351) | (2.625) | (2.946) |
| Não circulante | | 676 | 834 | Diversas | 4 | 507 | 12.157 | Outras despesas administrativas | 6 | (7.715) | (4.698) |
| Prov. Perdas esperadas associadas a: | | (8) | - | Patrimônio líquido | | 3.731 | 3.229 | Despesas tributárias | (527) | (1.033) | (785) |
| Risco de rendas a receber e outros créditos | 4 | (8) | - | Capital: | | 5.000 | 4.500 | Despesas com provisões | (6) | (8) | 3 |
| Imobilizado de uso | | 463 | 538 | De domiciliados no país | 5 | 5.000 | 5.000 | Outras receitas operacionais | 26 | 108 | 33 |
| Outras imobilizações de uso | | 1.280 | 1.225 | (Capital a realizar) | | - | (500) | Outras despesas operacionais | (6) | (14) | (50) |
| (Depreciações acumuladas) | | (817) | (687) | (Prejuízos acumulados) | | (1.269) | (1.271) | Resultado operacional | (372) | 45 | 420 |
| Intangível | | 221 | 296 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 8.449 | 18.227 | Resultado antes da tributação sobre lucro e participações | (372) | 45 | 420 |
| Ativos intangíveis | | 401 | 401 | | | | | Imposto de renda e contribuição social | 81 | (43) | (123) |
| (Amortização acumulada) | | (180) | (105) | | | | | Provisão para imposto de renda | 51 | (21) | (67) |
| Total do ativo | | 8.449 | 18.227 | | | | | Provisão para contribuição social | 30 | (22) | (56) |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | | | | | | | | |
| DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | | | | | | | |
| Exercício de 01/01/23 a 31/12/23 | | | | | | | | | | | |
| Saldo no início do exercício em 01/01/23 | Capital Realizado | Aumento de Capital | Capital a Integralizar | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Total | | | | | | |
| | 3.500 | - | - | (1.568) | 1.932 | | | | | | |
| Aumento de capital | 1.000 | 500 | (500) | - | 1.000 | | | | | | |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | 297 | (297) | | | | | | |
| Saldo no fim do exercício em 31/12/23 | 4.500 | 500 | (500) | (1.271) | 3.229 | | | | | | |
| Mutações do exercício: | 1.000 | 500 | (500) | 297 | (297) | | | | | | |
| Semestre de 01/07/24 a 31/12/24 | | | | | | | | | | | |
| Saldo no início do semestre em 01/07/24 | Capital Realizado | Aumento de Capital | Capital a Integralizar | Lucros Acumulados | Total | | | | | | |
| | 4.500 | - | - | (978) | 3.522 | | | | | | |
| Aumento de capital | 500 | - | - | - | 500 | | | | | | |
| Prejuízo do semestre | - | - | - | (291) | (291) | | | | | | |
| Saldo no fim do semestre em 31/12/24 | 5.000 | - | - | (1.269) | 3.731 | | | | | | |
| Mutações do semestre: | 500 | - | - | (291) | 209 | | | | | | |
| Exercício de 01/01/24 a 31/12/24 | | | | | | | | | | | |
| Saldo no início do exercício em 01/01/24 | Capital Realizado | Aumento de Capital | Capital a Integralizar | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Total | | | | | | |
| | 4.500 | 500 | (500) | 500 | 3.229 | | | | | | |
| Aumento de capital | 500 | - | - | - | 500 | | | | | | |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | 2 | 2 | | | | | | |
| Saldo no fim do exercício em 31/12/24 | 5.000 | - | - | (1.269) | 3.731 | | | | | | |
| Mutações do exercício: | 500 | - | (500) | 500 | 2 | 502 | | | | | |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | | | | | | | | |
| NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | | | | | | | | | | | |
| 1. Contexto Operacional: A OZ Corretora de Câmbio S.A., constituída em 26/06/2000, foi autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil em 06/09/2000, com prazo de duração indeterminado. A sociedade tem por objeto social exclusivo a intermediação em operações de câmbio e a prática de operações no mercado de câmbio, e vem operando regularmente no mercado financeiro. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração, que em atendimento ao disposto no artigo 7º da Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, declara de forma explícita sem reserva, que as Demonstrações Financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do CMN e do BCB, bem como, que é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções. Foram elaboradas as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais abrangem a legislação societária, associadas às normas e instruções do BACEN, consultadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Procedimentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras e sua divulgação a terceiros, foi dada pela Diretoria da Corretora em 18 de março de 2025. 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: a) Auração de resultado: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. b) Estimativas contábeis: Na preparação das demonstrações foram utilizadas estimativas contábeis que se basearam em fatores objetivos e subjetivos e levaram em consideração o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido à subjetividade inerentes ao processo de sua determinação. A Corretora revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente. c) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: São apresentados pelo valor de realização, incluindo para os demais ativos - Intangível - São registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Corretora ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a taxa de 20% a.a. e Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: Damais passivos circulantes a longo prazo - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais inerentes até a data dos balanços. Provisões - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Corretora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. f) Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 no ano, a provisão para contribuição social está sendo calculada à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Em virtude da Emenda Constitucional 103/19, a partir de 31/02/20 a alíquota da CSLL foi majorada de 15% para 20%. Adicionalmente, em decorrência da Lei nº 14.183/21, convertida em Lei da Medida Provisória nº 1.034/21, a partir de 01/01/22 a alíquota voltou a ser de 15%. Por meio da Lei nº 14.446/22, a alíquota foi majorada novamente para 16% pelo período de 01/08/22 a 31/12/22 e, finalmente, a partir de 01/01/23 a alíquota retornou para 15%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculado sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são registrados na rubrica "Outros créditos - diversos". Os créditos tributários serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas bases sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização. g) Contingências: Os passivos contingentes são reconhecidos quando baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os ativos contingentes são reconhecidos quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias em reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. h) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída no montante de R\$ 8 (não houve liquidação | | | | | | | | | | | |

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

São Paulo, 28 de março de 2025. Ilmos. Senhores - Diretores e Acionistas da OZ CORRETORA DE CÂMBIO S.A., São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da OZ CORRETORA DE CÂMBIO S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OZ CORRETORA DE CÂMBIO S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". **Responsabilidades do auditor independente em relação à "Corretora",** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as devidas responsabilidades éticas de acordo com essas normas. **Acertamos** a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis** o relatório do auditor. A administração da "Corretora" é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a "Corretora" continuar operando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a "Corretora" ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da "Corretora" são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais

riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da "Corretora". • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da "Corretora". Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a "Corretora" a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

VENEZIANI AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SP 137440-1
ALCINDO TAKACHI IITAKAWA
CONTADOR CRC 1SP088652/O-9

DIRETORIA

Adezo Oliveira Soares IGNIS Contábil Ltda.
Diretor - Contabilidade Moises Gonçalves - CRC - 1SP 213.033/O-8



Jornal O DIA SP

SEQUIOA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME Nº 01.599.101/0001-93 / NIRE 35.3.0050149-7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Informamos os senhores acionistas da Sequoia Logística e Transportes S.A. ("Companhia") sobre a convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia **28 de abril de 2025**, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81/22"), por meio da plataforma digital *Ten Meetings* ("Plataforma Digital") para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Assembleia"): 1. Fixar o número de membros do Conselho de Administração da Companhia; 2. Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; 3. Fixar o valor da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025; A Companhia esclarece que, tendo em vista o adiamento da divulgação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 ("DFs 2024"), conforme Fato Relevante divulgado em 24 de março de 2025, foi mantida a convocação da Assembleia Geral Ordinária apenas para deliberação sobre os temas indicados acima. O exame, discussão e votação (i) das contas dos administradores em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) das DFs 2024; ocorrerá em Assembleia Geral Extraordinária a ser oportunamente convocada após a divulgação das DFs 2024 auditadas e do parecer dos auditores independentes relativo ao exercício social de 2024. **Procedimentos para participação:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da RCVN 81/22, e em conformidade com as instruções detalhadas no Manual e Proposta da Administração para a Assembleia divulgada pela Companhia ("**Proposta da Administração**"). Dessa forma, a participação do acionista somente poderá se dar via **Plataforma Digital** ou através do envio de **Boletim de Voto à Distância**. Para o acionista que queira participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital, o acionista ou seu representante legal, objetivando assegurar a sua participação digital na Assembleia, deverá acessar o site da Companhia, no link: <https://assembleia.ten.com.br/274694988>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, conforme listados abaixo ("**Documentos**"), com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia **26 de abril de 2025**. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. Os Documentos a serem apresentados são os seguintes: 1. Cópia simples do extrato expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de emissão da Companhia de titularidade do respectivo acionista, contendo a indicação da respectiva participação acionária, datado de até 4 (quatro) dias úteis antes da data da Assembleia; e 2. Os seguintes documentos: (a) **se pessoa natural:** (i) cópia simples de documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável, e, (ii) no caso de ser representado por procurador, cópia simples do instrumento de mandato firmado (com firma reconhecida) com menos de 1 (um) ano, devendo tal procurador ser outro acionista, administrador da Companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira, e original de documento de identificação do procurador; ou (b) **se pessoa jurídica:** (i) a cópia simples (i.1) dos atos constitutivos atualizados do acionista e (i.2) do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito da Assembleia, devidamente registrados nos órgãos competentes, acompanhados de suas respectivas publicações; (ii) se for o caso, instrumento de mandato (com firma reconhecida) devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do acionista; e (iii) cópia simples de documento de identificação do representante e, se for o caso, do procurador; ou, ainda (c) **se fundo de investimento:** (i) a cópia simples (i.1) dos atos constitutivos atualizados do administrador e/ou gestor; e (i.2) do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito da Assembleia, devidamente registrados nos órgãos competentes, acompanhados de suas respectivas publicações; (ii) cópia do regulamento atualizado do fundo de investimento; (iii) se for o caso, instrumento de mandato (com firma reconhecida) devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do administrador e/ou gestor; e (iv) cópia simples de documento de identificação do representante ou procurador. Para os fins dos documentos previstos nos itens (b) e (c), a Companhia aceitará (i) estatutos e contratos sociais, em certidão expedida pelo respectivo órgão de registro e cópia simples do original; e (ii) especificamente em relação ao ato que investe o representante de poderes para votar em nome da pessoa jurídica acionista, caso seja instrumento particular de mandato, deverá conter firma reconhecida do outorgante ou de seus representantes. No caso de pessoas jurídicas com representantes que não sejam nomeados no próprio estatuto/contrato social ou com algum procedimento de nomeação por ato em separado, é necessário que o acionista comprove a validade da nomeação providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente. No caso dos fundos de investimento, o representante deverá comprovar a sua qualidade de administrador do fundo ou de procurador devidamente nomeado por este, na forma da legislação que lhe for aplicável. No caso de entidades estrangeiras, a Companhia exigirá que a documentação que comprova os poderes de representação tenha passado por processo de notariação, consularização ou aposição de apostila, nos termos da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros. Documentos redigidos em outras línguas (que não o português) serão aceitos mediante apresentação de cópia simples de tradução. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), o acionista pode participar ou ser representado na Assembleia: (i) **se pessoa natural**, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira), (ii) **se pessoa jurídica**, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos, (iii) **se fundo de investimento**, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e, em qualquer caso, de acordo com as regras da legislação aplicável. Os acionistas que não manifestarem o interesse na participação na Assembleia e não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui exigido não estarão aptos à participação na Assembleia. As informações detalhadas sobre as regras e os procedimentos a serem seguidos para que os acionistas possam participar e votar à distância na Assembleia, estão disponíveis na Proposta da Administração. O Conselho Fiscal poderá ser instalado na Assembleia a pedido de acionistas que representem, em conjunto ou isoladamente, pelo menos 2% (dois por cento) do capital social votante da Companhia, nos termos do artigo 161, § 2º, da Lei das S.A., e do artigo 4º, da Resolução CVM nº 70/22. Para fins do artigo 5º da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia informa, ainda, que o percentual mínimo do capital votante necessário para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 3º da Resolução CVM 70/2022. Sem prejuízo do prazo previsto no artigo 141, parágrafo 1º, da Lei das S.A., a Companhia destaca a importância de que os pedidos de voto múltiplo sejam feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas, nacionais e estrangeiros. Encontram-se à disposição dos acionistas no Departamento de Relações com Investidores da Companhia, na sede social da Companhia, localizada na Alameda Rio Negro, nº 500, 6º Andar, Sala 601, Alphaville, na cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06454-000, e nos websites da Companhia (<https://ri.sequiolog.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia, nos termos da Lei das S.A. e da RCVN 81/22.

Barueri/SP, 28 de março de 2025.

Sequoia Logística e Transportes S.A.



Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Sociedade"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade registrou Lucro Líquido do Exercício de R\$ 64.280 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 888.908 mil e

Ativos Totais de R\$ 918.778 mil. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu Estatuto Social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

| BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil | | | | Diretoria | | |
|--|-----------|----------------|----------------|-----------|----------------|----------------|
| Ativo | Nota | 2024 | 2023 | Nota | 2024 | 2023 |
| Circulante | | 1.406 | 37.960 | | 24.639 | 25.984 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa..... | 6 | 669 | 37.234 | 14e | 24.001 | 25.237 |
| Estoques..... | | 719 | 719 | 8c | 611 | 727 |
| Outros ativos..... | | 18 | 7 | | 27 | 20 |
| Não Circulante | | 917.372 | 817.999 | | 5.231 | 5.063 |
| Realizável a Longo Prazo | | 917.372 | 817.999 | | 5.231 | 5.063 |
| Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes..... | 7 | 917.363 | 817.992 | 14f | 5.231 | 5.063 |
| Ativos Fiscais Diferidos..... | 14c e 14d | 9 | 7 | | | |
| Total do Ativo | | 918.778 | 855.959 | | 918.778 | 855.959 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil | | | |
|---|-----------|----------------|----------------|
| | Nota | 2024 | 2023 |
| Receitas Operacionais | | 2.362 | 1.549 |
| Outras Receitas Operacionais..... | 9 | 2.362 | 1.549 |
| Despesas Operacionais | | (5.749) | (8.721) |
| Despesas Tributárias..... | 11 | (4.756) | (7.470) |
| Despesas Gerais e Administrativas..... | 12 | (933) | (1.251) |
| Resultado Financeiro | 10 | 99.967 | 121.966 |
| Receitas Financeiras..... | | 99.967 | 123.058 |
| Despesas Financeiras..... | | - | (1.092) |
| Resultado antes da Tributação sobre o Lucro | | 96.580 | 114.794 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social..... | 14a e 14b | (32.300) | (38.327) |
| Lucro Líquido do Exercício | | 64.280 | 76.467 |
| Número de ações..... | 8a | 430.311.119 | 430.311.119 |
| Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$..... | | 149,38 | 177,70 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil | | | |
|---|--|-----------------|--------------------|
| | | 2024 | 2023 |
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: | | | |
| Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | | 96.580 | 114.794 |
| Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos | | (98.969) | (113.531) |
| Juros, Variações Monetárias Líquidas..... | | (98.876) | (113.429) |
| Provisão para Perda por Redução ao Valor Recuperável de Recebíveis..... | | (106) | (102) |
| Descontos Concedidos em Renegociações de Crédito..... | | 13 | - |
| Lucro Líquido Ajustado | | (2.389) | 1.263 |
| (Aumento)/Redução em Créditos e Financiamentos a Receber..... | | 81 | 131 |
| (Aumento)/Redução em Tributos a Compensar sobre Aplicação Financeiras..... | | (356) | (1.802) |
| Aumento/(Redução) em Impostos e Contribuições a Recolher..... | | 43 | (866) |
| Aumento/(Redução) em Outras Obrigações..... | | 9 | (735) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos..... | | (33.226) | (70.850) |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais | | (35.838) | (72.859) |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos: | | | |
| (Aumento)/Redução em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes..... | | - | 1.263.278 |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos | | - | 1.263.278 |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos: | | | |
| Dividendos Pagos..... | | (727) | (989.325) |
| Redução de Capital Social..... | | - | (425.000) |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos | | (727) | (1.414.325) |
| Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa | | (36.565) | (223.906) |
| Início do Exercício..... | | 37.234 | 261.140 |
| Fim do Exercício..... | | 669 | 37.234 |
| Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa | | (36.565) | (223.906) |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em milhares de reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Sociedade") é uma Sociedade que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil. A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A Sociedade está domiciliada no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, São Paulo.

2) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações contábeis da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2024. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações conforme os prazos contratuais.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de março de 2025.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e as aplicações financeiras são prontamente conversíveis em caixa ou possuem prazo igual ou inferior 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6.

2.4) Ativos financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido).

Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são reconhecidos e inicialmente mensurados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado, incluindo juros ou receita de dividendos.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são classificados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

A classificação e composição dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 07.

2.5) Outros Ativos

São representados por recebíveis e são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Não houve reconhecimento de provisão para perda dos ativos financeiros, uma vez que não há qualquer perda esperada com a contraparte conforme CPC 48.

2.6) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados.

2.7) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Sociedade reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorrerem as mudanças. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa 2.4.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

A sociedade avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período.

2.9) Provisões, ativos e passivos contingentes, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

2.10) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e mantidas em tesouraria. Não há fatores de diluição do lucro

b) Dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição dos juros sobre o capital próprio/dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade.

2.11) Reconhecimento da receita

CPC 47 - Receitas de contratos com Clientes - requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para clientes por um montante que reflita a expectativa da Sociedade de ter em troca os direitos desses bens ou serviços.

| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil | | | | | | |
|--|------------------|--------------------|------------------|---------------------------------|-------------------|------------------|
| Eventos | Capital Social | Reservas de Lucros | | Ajuste de Avaliação Patrimonial | Lucros Acumulados | Totais |
| | | Legal | Estatutária | | | |
| Saldos em 31.12.2022 | 1.028.459 | 89.847 | 1.033.759 | 2.342 | - | 2.154.407 |
| Redução de Capital Social..... | (425.000) | - | - | - | - | (425.000) |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial..... | - | - | - | 7.485 | - | 7.485 |
| Lucro Líquido do Exercício..... | - | - | - | - | 76.467 | 76.467 |
| Destinações: - Reservas..... | - | 3.823 | 71.917 | - | (75.740) | - |
| - Dividendos Propostos..... | - | - | - | - | (727) | (727) |
| - Dividendos Pagos Antecipadamente..... | - | - | (987.720) | - | - | (987.720) |
| Saldos em 31.12.2023 | 603.459 | 93.670 | 117.956 | 9.827 | - | 824.912 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial..... | - | - | - | 327 | - | 327 |
| Lucro Líquido do Exercício..... | - | - | - | - | 64.280 | 64.280 |
| Destinações: - Reservas..... | - | 3.214 | 60.455 | - | (63.669) | - |
| - Dividendos Propostos..... | - | - | - | - | (61) | (61) |
| Saldos em 31.12.2024 | 603.459 | 96.884 | 178.411 | 10.154 | - | 888.908 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil | | | |
|--|---------------|---------------|--|
| | 2024 | 2023 | |
| Lucro Líquido do Exercício | 64.280 | 76.467 | |
| Itens que podem ser Subsequentemente Reclassificados para o Resultado | 327 | 7.485 | |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial..... | 495 | 11.341 | |
| Efeito dos Impostos..... | (168) | (3.856) | |
| Total do Resultado Abrangente do Exercício | 64.607 | 83.952 | |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade. A Sociedade atua com gestão de carteiras, e os clientes obtêm informações dos serviços de gestão de fundos mensalmente, conforme os serviços são prestados. As faturas são emitidas ao final de cada mês e devem ser pagas, normalmente, em até 90 dias. A receita é reconhecida mensalmente conforme os serviços de gestão de fundos são prestados e as obrigações de desempenho são cumpridas.

2.12) Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, Letras Financeiras e demais ativos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.13) Imposto de renda e contribuição social (ativos e passivos fiscais)

Os ativos fiscais diferidos sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais ativos fiscais diferidos são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

As despesas com imposto de renda e contribuição social são constituídas pelo imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e pelo imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos ativos fiscais diferidos estão apresentados na Nota 14.

2.14) Auração de resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabeleça que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

2.15) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

2.16) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos no final das notas explicativas.

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2024:

• Alterações do IFRS 16 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*leaseback*), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024. Não foram identificados impactos na Sociedade.

• Apresentação das Demonstrações Financeiras (correlacionado ao CPC 26) - As alterações emitidas em outubro de 2022, visam melhorar as informações divulgadas sobre dívidas não correntes com *covenants*, para que os usuários das Demonstrações Financeiras entendam o risco de tais dívidas serem liquidadas antecipadamente. Nas formas contempladas ainda, alterações que visam endereçar algumas preocupações levantadas por usuários das Demonstrações Financeiras, em função da aplicação das alterações sobre a Classificação de Passivos como Correntes e Não Correntes, emitidas em 2020. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2024, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Sociedade.

• Alterações ao IAS 7 e ao IFRS 7 (correlacionado ao CPC

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em milhares de reais

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 603.459 (2023 - R\$ 603.459), é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

| | Em 31 de dezembro | |
|-------------------|--------------------|--------------------|
| | 2024 | 2023 |
| Ordinárias..... | 430.311.119 | 430.311.119 |
| Total..... | 430.311.119 | 430.311.119 |

b) Reservas de lucros

| | Em 31 de dezembro | |
|--------------------------------|-------------------|----------------|
| | 2024 | 2023 |
| Reservas de lucros..... | 275.295 | 211.626 |
| - Reserva legal (1)..... | 96.884 | 93.670 |
| - Reserva estatutária (2)..... | 178.411 | 117.956 |

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do Capital Social realizado, ou 30% do Capital Social, acrescido das Reservas de Capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio/dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício. Os cálculos dos dividendos, relativos aos exercícios de 2024 e 2023, estão demonstrados a seguir:

| | Em 31 de dezembro | | | |
|----------------------------------|-------------------|------------|---------------|------------|
| | 2024 | % (1) | 2023 | % (1) |
| Lucro líquido do exercício..... | 64.280 | | 76.467 | |
| Reserva legal..... | (3.214) | | (3.823) | |
| Base de cálculo..... | 61.066 | | 72.644 | |
| Dividendos propostos..... | 611 | 1,0 | 727 | 1,0 |

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

9) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|--|-------------------------------------|--------------|
| | 2024 | 2023 |
| Recuperação de créditos..... | 2.269 | 1.446 |
| Reversão de perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos a clientes | 106 | 103 |
| Descontos concedidos em renegociações de crédito..... | (13) | - |
| Total..... | 2.362 | 1.549 |

10) RESULTADO FINANCEIRO

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|--|-------------------------------------|----------------|
| | 2024 | 2023 |
| Rendimento de aplicações em letras financeiras..... | 98.876 | 114.416 |
| Rendimento de aplicações em fundos de investimentos..... | 1.091 | 8.537 |
| Juros sobre impostos a compensar..... | - | 105 |
| Despesas financeiras..... | - | (1.092) |
| Total..... | 99.967 | 121.966 |

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|----------------------------|-------------------------------------|--------------|
| | 2024 | 2023 |
| Contribuição à Cofins..... | 4.089 | 4.980 |
| Contribuição ao PIS..... | 665 | 809 |
| Impostos e taxas..... | 2 | 1.681 |
| Total..... | 4.756 | 7.470 |

12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|--------------|
| | 2024 | 2023 |
| Doações e patrocínios..... | 723 | 922 |
| Serviços do sistema financeiro..... | 206 | 216 |
| Ediais e publicações..... | 39 | 52 |
| Serviços de terceiros..... | 25 | 27 |
| Outras..... | - | 34 |
| Total..... | 993 | 1.251 |

13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controladores diretos (Serel Participações em Imóveis S.A. e Banco Bradesco BBI S.A.) e empresas coligadas que o controlador indireto detém participação acionária.

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Marco Antonio Cunha de Santana
Contador – CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e aos Diretores da

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A tabela a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

| | Em 31 de dezembro | | | |
|--|-------------------|----------------|---------------------|----------------|
| | Ativo/(Passivo) | | Receitas/(Despesas) | |
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Caixa e equivalentes de caixa..... | 502 | 716 | - | - |
| Banco Bradesco S.A. | 502 | 716 | - | - |
| Letras Financeiras - LF..... | 917.363 | 817.992 | - | - |
| Banco Bradesco S.A. | 917.363 | 817.992 | - | - |
| Dividendos a pagar..... | (611) | (727) | - | - |
| Serel Participações em Imóveis S.A. | (566) | (674) | - | - |
| Banco Bradesco BBI S.A. | (44) | (53) | - | - |
| Rendimento de aplicações em LF..... | - | - | 98.876 | 114.416 |
| Banco Bradesco S.A. | - | - | 98.876 | 114.416 |

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|--|-------------------------------------|-----------------|
| | 2024 | 2023 |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social..... | 96.580 | 114.794 |
| Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes..... | (32.837) | (39.030) |
| Efeito no cálculo dos tributos..... | - | - |
| Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis..... | (246) | (277) |
| Outros valores..... | 783 | 980 |
| Imposto de renda e contribuição social do exercício..... | (32.300) | (38.327) |

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social:

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|--|-------------------------------------|-----------------|
| | 2024 | 2023 |
| Impostos correntes: | | |
| Imposto de renda e contribuição social devidos..... | (32.302) | (38.334) |
| Impostos diferidos: | | |
| Constituição/realização no exercício sobre diferenças temporárias..... | 2 | 7 |
| Total dos impostos diferidos..... | 2 | 7 |
| Imposto de renda e contribuição social do exercício..... | (32.300) | (38.327) |

c) Ativos fiscais diferidos

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | | | |
|--|-------------------------------------|--------------|-------------------|----------|
| | 2023 | Constituição | Realização/ Baixa | 2024 |
| Outras provisões..... | 7 | 9 | (7) | 9 |
| Total dos ativos fiscais diferidos..... | 7 | 9 | (7) | 9 |

d) Previsão de realização dos ativos diferidos sobre diferenças temporárias

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | | |
|-------------------|-------------------------------------|---------------------|----------|
| | Imposto de renda | Contribuição social | Total |
| 2025..... | 4 | 1 | 5 |
| 2026..... | 3 | 1 | 4 |
| Total..... | 7 | 2 | 9 |

A projeção de realização de ativos diferidos é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Todos os ativos fiscais diferidos da "Sociedade" foram devidamente ativados.

e) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 24.001 (2023 - R\$ 25.237) referem-se, ao PIS de R\$ 61 (2023 - R\$ 55), Cofins de R\$ 374 (2023 - R\$ 337), Imposto de Renda de R\$ 23.040 (2023 - R\$ 24.809) e Contribuição Social de R\$ 526 (2023 - R\$ 36).

f) Obrigações fiscais diferidas

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|-------------------|--------------|-------------------|--------------|
| | 2023 | Constituição | Realização/ Baixa | 2024 |
| Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda..... | 5.063 | 168 | - | 5.231 |
| Total dos impostos diferidos..... | 5.063 | 168 | - | 5.231 |

15) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há processos com riscos cíveis, fiscais e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis;
- b) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023; e
- c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

A DIRETORIA

Diretor Geral
Cassiano Ricardo Scarpelli

Diretores
Oswaldo Tadeu Fernandes
Vinicius Panaro

Marco Antonio Cunha de Santana
Contador – CRC 1SP200234/O-9

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0F

Vinicius Maximo
Contador CRC SP285464/O-0



Lecce Holdings S.A.

CNPJ 14.370.283/0001-78

Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à aprovação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras da Lecce Holdings S.A. ("Sociedade"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 151.570 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 4.743.582 mil

e Ativos Totais de R\$ 4.775.692 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do Capital Social. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu Estatuto Social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

| Ativo | Nota | 2024 | 2023 | Passivo | Nota | 2024 | 2023 |
|--|---------|------------------|------------------|---|-----------|------------------|------------------|
| Circulante | | 76.816 | 74.426 | Circulante | | 32.110 | 61.531 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa..... | 6 e 14a | 76.816 | 74.426 | Impostos e Contribuições a Recolher..... | 15e | 28.588 | 7.675 |
| Não Circulante | | 4.698.876 | 3.848.517 | Juros sobre Capital Próprio/Dividendos a Pagar..... | 10c e 14a | 1.440 | 52.206 |
| Realizável a Longo Prazo | | 12.461 | 15.401 | Provisões para Impostos e Contribuições..... | | 10 | - |
| Créditos Tributários..... | 15c | - | 23 | Outras Obrigações..... | 9 | 2.072 | 1.650 |
| Tributos a Compensar ou a Recuperar..... | 15d | 12.461 | 15.378 | Patrimônio Líquido | | 4.743.582 | 3.861.412 |
| Investimentos | 7 | 3.886.904 | 2.923.947 | Capital Social..... | 10a | 4.055.851 | 4.004.001 |
| Intangível | 8 | 799.511 | 909.169 | Reservas de Lucros..... | 10b | 274.477 | 124.347 |
| | | | | Ajustes de Avaliação Patrimonial..... | | 413.254 | (266.936) |
| Total do Ativo | | 4.775.692 | 3.922.943 | Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | 4.775.692 | 3.922.943 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

| | Nota | 2024 | 2023 |
|--|------|------------------|------------------|
| Receitas Operacionais | | 291.932 | 169.738 |
| Resultado de Equivalência Patrimonial..... | 7 | 282.768 | 99.788 |
| Resultado Financeiro..... | 11 | 9.164 | 69.950 |
| Despesas Operacionais | | (110.168) | (116.550) |
| Despesas Tributárias..... | 13 | (425) | (6.722) |
| Despesas Gerais e Administrativas..... | 12 | (85) | (170) |
| Despesa Amortização de Intangível..... | 8 | (109.658) | (109.658) |
| Resultado antes da Tributação Sobre o Lucro | | 181.764 | 53.188 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social..... | 15a | (30.194) | (15.708) |
| Lucro Líquido do Exercício | | 151.570 | 37.480 |
| Número de Ações por mil..... | | 115.675 | 114.389 |
| Lucro Líquido por Lote de mil Ações em R\$..... | | 1.310,31 | 327,65 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

| | 2024 | 2023 |
|---|------------------|------------------|
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: | | |
| Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | 181.764 | 53.188 |
| Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos: | (174.296) | 9.002 |
| Amortização de Intangível..... | 109.658 | 109.658 |
| Resultado de Equivalência Patrimonial..... | (282.768) | (99.788) |
| Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras..... | (1.186) | (868) |
| Lucro Líquido Ajustado | 7.468 | 62.190 |
| (Aumento)/Redução em Ativos..... | (1.145) | 1.011 |
| Aumento/(Redução) em Outras Obrigações..... | 423 | (18.770) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos..... | (3.999) | (7.529) |
| Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais | 2.747 | 37.102 |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos: | | |
| Aumento de Capital em Investimentos..... | - | (910.157) |
| Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos | - | (910.157) |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos: | | |
| Dividendos Pagos..... | (357) | (1.049) |
| Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos | (357) | (1.049) |
| Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa | 2.390 | (874.104) |
| Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período..... | 74.426 | 948.530 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período..... | 76.816 | 74.426 |
| Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa | 2.390 | (874.104) |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Lecce Holdings S.A. é uma ("Sociedade") que tem por objetivo a administração, locação, compra e venda de bens próprios; e participação em outras sociedades como cotista ou acionista, no país ou no exterior. A Lecce Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de março de 2025.

2) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas e apresentadas de forma consistente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2024. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Sociedade adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As operações da investida no exterior são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto, os ativos, os passivos e o resultado são ajustados às práticas contábeis vigentes no Brasil e convertidos para reais de acordo com as taxas de câmbio da moeda local na data do fechamento.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa ou possuem prazo igual ou inferior 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

2.4) Ativos financeiros

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

• Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

• Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (Same Payment of Principal and Interest). Os instrumentos financeiros derivativos também são categorizados como VJR.

Teste SPPI: O Objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em data específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da data divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Investimento em controladas

Os investimentos em Sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

São classificadas como controladas as entidades sobre as quais a Sociedade exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos a voto. Poderá ainda existir controle quando a Sociedade possui, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla outra entidade. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Sociedade, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

2.7) Ágio (*Goodwill*)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e *joint ventures*. O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Sociedade sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo à entidade vendida.

2.8) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer do período estimado do benefício econômico. O grupo de ativos intangíveis registrados na Sociedade é composto por Carteiras de Crédito e Empréstimos, Depósitos e Licenças, sendo registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

2.9) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*Impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.10) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Provisões: são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta o opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de saída seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

| Eventos | Capital Social Legal | Reserva de Lucros Legal | Reserva de Lucros Estatutária | Ajuste de Avaliação Patrimonial (199.381) | Lucros (Prejuízos) Acumulados | Totais |
|--|----------------------|-------------------------|-------------------------------|---|-------------------------------|------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 4.004.001 | 7.482 | 140.742 | - | - | 3.952.844 |
| Ajustes Avaliação Patrimonial..... | - | - | - | (67.555) | - | (67.555) |
| Lucro Líquido do Exercício..... | - | - | - | - | 37.480 | 37.480 |
| Resultados Abrangentes do Exercício | - | - | - | - | - | (30.075) |
| Destinações: - Reservas..... | - | 1.874 | 35.249 | - | (37.123) | - |
| - Dividendos Propostos..... | - | - | - | - | (357) | (357) |
| - Juros sobre Capital Próprio Propostos..... | - | - | - | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 4.004.001 | 9.356 | 114.991 | (266.936) | - | 3.861.412 |
| Aumento de Capital Social..... | 51.850 | - | - | - | - | 51.850 |
| Ajustes Avaliação Patrimonial..... | - | - | - | 680.190 | - | 680.190 |
| Lucro Líquido do Exercício..... | - | - | - | - | 151.570 | 151.570 |
| Resultados Abrangentes do Exercício | - | - | - | - | - | 831.760 |
| Destinações: - Reservas..... | - | 7.578 | 142.552 | - | (150.130) | - |
| - Dividendos Propostos..... | - | - | - | - | (1.440) | (1.440) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 4.055.851 | 16.934 | 257.543 | 413.254 | - | 4.743.582 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

| | 2024 | 2023 |
|---|----------------|-----------------|
| Lucro Líquido do Exercício | 151.570 | 37.480 |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial..... | 680.190 | (67.555) |
| Total do Resultado Abrangente do Exercício | 831.760 | (30.075) |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

2.11) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Sociedade.

2.12) Reconhecimento da receita

CPC 47 - Receitas de contratos com Clientes - requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para clientes por um montante que reflita a expectativa da Sociedade de ter em troca os direitos desses bens ou serviços.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2.13) Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.14) Imposto de Renda e Contribuição Social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 15.

2.15) Outros ativos e passivos

Os outros ativos demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2024

Alterações do IFRS 16 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*leaseback*), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024. Não foram identificados impactos na Sociedade.

Alteração ao IAS 1 (correlacionado ao CPC 26) - Apresentação das Demonstrações Financeiras - As alterações emitidas em outubro de 2022, visam melhorar as informações divulgadas sobre dívidas não-correntes com covarância, para que os usuários das Demonstrações Financeiras entendam o risco de tais dívidas serem liquidadas antecipadamente. Nelas foram contempladas ainda, alterações sobre a forma de enunciar algumas preocupações levantadas por usuários das Demonstrações Financeiras, em função da aplicação das alterações sobre a Classificação de Passivos como Correntes e Não Correntes, emitidas em 2020. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2024, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Sociedade.

Alterações ao IAS 7 e ao IFRS 7 (correlacionado ao CPC 03 e CPC 40) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Instrumentos Financeiros: Evidenciando - As alterações se referem à divulgação de informações sobre acordos financeiros com fornecedores que permitirão aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliar seus efeitos sobre o passivo da entidade e aos seus fluxos de caixa, além da sua exposição ao risco de liquidez. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2024. Não foram identificados impactos na Sociedade.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros

Alterações ao IAS 21 (correlacionado ao CPC 02) - Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - As alterações, emitidas em agosto de 2023, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. A norma estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgada essa situação de forma adequada. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.

Lecce Holdings S.A.

CNPJ 14.370.283/0001-78
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

7) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial, a composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro

| Empresas | Capital social | Patrimônio líquido ajustado | Resultado ajustado | Quantidade de ações possuídas (em milhares) | Participação no capital social | Total dos Investimentos | | Resultado de equivalência patrimonial (1) | |
|----------------------------|----------------|-----------------------------|--------------------|---|--------------------------------|-------------------------|------------------|---|---------------|
| | | | | ON | | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Bradesco Bank (1) | 1.256.510 | 3.323.782 | 282.768 | 19.850.782 | 100,00% | 3.323.782 | 2.360.825 | 282.768 | 99.788 |
| Ágio Bradesco Bank (2) (3) | - | - | - | - | - | 563.122 | 563.122 | - | - |
| Total | | | | | | 3.886.904 | 2.923.947 | 282.768 | 99.788 |

(1) Considera o resultado apurado pela Sociedade, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) O ágio está fundamentado na rentabilidade futura, avaliado quando da aquisição de participação societária na Empresa Bradesco Bank; e

(3) A alocação inicial do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos do Bradesco Bank foi definida com base no método de compra do CPC 15, foram reconhecidos nas demonstrações financeiras ativos intangíveis de vida útil definida, não reconhecidos na demonstração financeira individual do Bradesco Bank, e o *goodwill*.

8) INTANGÍVEL

Os valores registrados no intangível referem-se a Carteiras de Crédito e Empréstimos, Depósitos e Licenças.

| | Em 31 de dezembro | | | | |
|---|-------------------------|---------------------|----------------|----------------|----------------|
| | Carteira de empréstimos | Carteira de crédito | Depósitos | Licenças | Total |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 226.505 | 170.631 | 398.574 | 113.459 | 909.169 |
| Amortização (1) | (8.414) | (12.336) | (27.021) | (61.887) | (109.658) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 218.091 | 158.295 | 371.553 | 51.572 | 799.511 |

(1) O método para amortização dos intangíveis é o linear.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

| | Em 31 de dezembro | |
|--|-------------------|--------------|
| | 2024 | 2023 |
| Provisão de editais e publicações | - | 30 |
| Valores a pagar pela compra de ações (1) | 2.072 | 1.620 |
| Total | 2.072 | 1.650 |

(1) Valores a pagar pela aquisição de ações do Bradesco Bank. Os valores estão sendo atualizados mensalmente de acordo com o dólar (PTAX) - Bacen e sem data de vencimento.

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é de R\$ 4.055.851 (2023 - R\$ 4.004.001), dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

| Quantidade de ações | Em 31 de dezembro | |
|---------------------|--------------------|--------------------|
| | 2024 | 2023 |
| Ordinárias | 115.674.529 | 114.388.623 |
| Total | 115.674.529 | 114.388.623 |

Em Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2024, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 51.850, elevando-o de R\$ 4.004.001, para R\$ 4.055.851, com emissão de 1.285.906 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 40,32173478 cada uma, com integralização à vista, no ato da subscrição, de 100% do valor das ações subscritas.

b) Reservas de lucro

| | Em 31 de dezembro | |
|---------------------------|-------------------|----------------|
| | 2024 | 2023 |
| Reservas de lucros | 274.477 | 124.347 |
| - Reserva legal (1) | 16.934 | 9.356 |
| - Reserva estatutária (2) | 257.543 | 114.991 |

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Juros sobre Capital Próprio e dividendos a pagar

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

| | Em 31 de dezembro | | | |
|-----------------------------|-------------------|------------|---------------|------------|
| | 2024 | % (1) | 2023 | % (1) |
| Lucro líquido base | 151.570 | | 37.480 | |
| Reserva legal | 7.578 | | 1.874 | |
| Base de cálculo | 143.992 | | 35.606 | |
| Dividendos propostos | 1.440 | 1,0 | 357 | 1,0 |

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

11) RESULTADO FINANCEIRO

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|---|-------------------------------------|---------------|
| | 2024 | 2023 |
| Rendimento de aplicações em fundos de investimentos | 7.908 | 69.211 |
| Variação monetária líquida | 1.256 | 739 |
| Total | 9.164 | 69.950 |

12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|-----------------------|-------------------------------------|------------|
| | 2024 | 2023 |
| Serviços de terceiros | 80 | 136 |
| Editais e publicações | 5 | 34 |
| Total | 85 | 170 |

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|---|-------------------------------------|--------------|
| | 2024 | 2023 |
| Contribuição à COFINS | 364 | 2.805 |
| Contribuição ao PIS | 59 | 456 |
| Imposto sobre Operações Financeiras - IOF | - | 3.459 |
| Outras | 2 | 2 |
| Total | 425 | 6.722 |

14) PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com o controlador direto (Banco Bradesco S.A.)

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, discriminados por modalidade de contrato e controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

| | Em 31 de dezembro | | | |
|--------------------------------------|-------------------|-----------------|-------------------|-----------------|
| | Ativo/(Passivo) | | Receita/(Despesa) | |
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2.888 | 2.290 | - | - |
| Banco Bradesco S.A. | 500 | 423 | - | - |
| Banco Bradesco S.A. Nova York | 2.388 | 1.867 | - | - |
| Dividendos/JCP a pagar | (1.440) | (52.206) | - | (61.000) |
| Banco Bradesco S.A. | (1.440) | (52.206) | - | (61.000) |

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|---|-------------------------------------|-----------------|
| | 2024 | 2023 |
| Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social) | 181.764 | 53.188 |
| Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente | (61.800) | (18.084) |
| Efeito no cálculo dos tributos: | | |
| Participações em controladas, tributadas na Sociedade correspondente | 96.141 | 33.928 |
| Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis | (36.881) | 311 |
| Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar) | - | 20.740 |
| Outros valores | (27.654) | (52.603) |
| Imposto de renda e contribuição social do exercício | (30.194) | (15.708) |

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|---|-------------------------------------|-----------------|
| | 2024 | 2023 |
| Impostos correntes: | | |
| Imposto de renda e contribuição social devidos | (30.160) | (15.709) |
| Impostos diferidos: | | |
| Constituição/realização no exercício, sobre adições e exclusões temporárias | (34) | 1 |
| Total dos impostos diferidos | 1 | 1 |
| Imposto de renda e contribuição social do exercício | (30.194) | (15.708) |

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

| | Saldo em 31 de dezembro | | | |
|--|-------------------------|--------------|-------------|----------|
| | 2023 | Constituição | Realização | 2024 |
| Outros | 23 | - | (23) | - |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | 23 | - | (23) | - |

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 12.461 (2023 - R\$ 15.378), referem-se, substancialmente, a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

e) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher no montante de R\$ 28.588 (2023 - R\$ 7.675), referem-se a PIS/Cofins no montante R\$ 36 (2023 - R\$ 36), imposto de Renda no montante de R\$ 4.178 (2023 - R\$ 0) e Contribuição Social no montante de R\$ 24.374 (2023 - R\$ 7.639).

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023;

b) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis; e

c) Não houve eventos subsequentes que requeriram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC ISP218369/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Lecce Holdings S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Lecce Holdings S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lecce Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Vinicius Máximo
Contador CRC SP-285464/O-0



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/3BCC-AF45-5733-7019> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 3BCC-AF45-5733-7019



Hash do Documento

CC382CB2D522C6FC1831BFBA26CBD1ECEBCF0ABDD8C88AADB6CF36DF4AD76AC8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2025 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 28/03/2025 00:02 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

